

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 11 a 17 de julho de 1988 — Nº 55

ADIRP/Reynaldo Stavale



O relator geral da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB — AM), passa a Ulysses a redação final de tudo o que foi votado em primeiro turno: uma Constituição pronta, para ser revista

ADIRP/Benedita Passos

Novas normas para acelerar Constituinte

Para agilizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte no segundo turno, que começou na última quinta-feira, o presidente Ulysses Guimarães baixou normas reguladoras, que estão publicadas na sétima página desta edição. Estas normas substituem, em parte, o Regimento Interno da ANC e estabelecem critérios para a apresentação de emendas, que podem ser: supressivas, para corrigir erro ou contradição de dispositivos constitucionais e de linguagem ou sanar omissão.

Mais de trinta partidos vão à luta em 88

Sem eleição não há Democracia. E eleição se faz através de partidos políticos, que são os instrumentos para a manifestação organizada da vontade popular. A nova Constituição liberou a criação e funcionamento dos partidos. O importante é que sejam representativos das várias tendências da sociedade. A fidelidade e a disciplina, entretanto, continuarão exigidas, segundo a lei ordinária. Mais de 30 partidos, com registro definitivo ou provisório no TSE, prepararam-se para se afirmar nas eleições municipais deste ano. (Páginas 8 e 9)



Alterações no projeto "B" só serão feitas mediante supressão por maioria qualificada

Carta na rota da última votação

Na próxima semana, a Constituinte já estará votando, em segundo e último turno, a futura Constituição. No intervalo entre o primeiro e o segundo turnos, foi elaborada a nova redação do texto, pelo relator Bernardo Cabral e seus auxiliares, e estão sendo apresentadas emendas supressivas ou de linguagem.

Nesta etapa do trabalho, somente será possível alterar o texto já aprovado através de supressões. Nada mais poderá ser acrescentado, e nem, tampouco, o sentido das palavras ou frases será modificado. As emendas supressivas, para serem aprovadas, necessitarão do *quorum* qualificado de 2/3 dos constituintes (280 parlamentares). Essa exigência, aliada ao próprio caráter da tentativa de supressão, tornará, na prática, inviável qualquer alteração substancial, a não ser mediante acordo. O presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, alertou na semana passada para essa necessidade de negociação, fazendo notar, inclusive, que a maioria dos constituintes está disposta a manter os principais avanços até aqui obtidos, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores.

No primeiro turno, foram apresentadas, ao todo, 29.238 emendas. Agora, as pendências são infinitamente menores e espera-se que a Carta seja promulgada em breve.

Afirmação do PMDB

As forças políticas brasileiras representadas na área partidária não atravessam uma crise mais acentuada como poderia ser interpretado pela recente criação de uma nova agremiação. Alguns poucos companheiros deixaram o PMDB, como é do conhecimento geral, sem que, no entanto, as estruturas do maior partido do país sofressem abalos de monta.

Num quadro de transição democrática como o que vive o Brasil é natural que ocorram fatos dessa natureza, justificados muito mais pela busca de espaços locais. Em escala parecida, embora paulatinamente, já tivemos episódios anteriores que, como agora, resultaram na criação de novas legendas. Basta lembrar o caso de ex-PP, o Partido Popular, que terminou se incorporando ao PMDB.

O que é concreto e todos sabem é que ao PMDB se deve o clima de normalidade democrática vigente no país. Esta é a legenda da resistência, que já compõe um invejável registro de lutas em favor das liberdades. Esta é também a legenda que optou pelo retorno da nação à prática ampla das eleições diretas.

No momento, o grau de compromisso do PMDB é o de sustentar a transição democrática, malgrado as incompreensões.

O povo juntou-se ao PMDB, como nunca ocorrera no país, porque se sentiu identificado com as bandeiras levadas pelo partido à praça pública, enfrentando as maiores dificuldades decorrentes do regime autoritário que vigorou lamentavelmente entre nós por mais de 20 anos.

Trata-se, pois, de um partido autêntico, provavelmente o que mais retrata a nossa gente, desejosa de ver, em breve, o país de novo na trilha do desenvolvimento.

A própria Constituinte que aí está, muito próxima do final de seus trabalhos, é outra conquista do PMDB e do povo brasileiro. Basta uma consulta aos registros de arquivos ou das bibliotecas para se constatar de onde partiu a idéia da Constituinte. E será suficiente ouvir as vozes peemedebistas para que, num relato simples, se tenha uma avaliação do quanto custou em sacrifícios, lutas e dedicação a linha que o partido decidiu adotar para que, no desfecho dessa verdadeira epopéia, fosse possível oferecer aos brasileiros uma nação plenamente redemocratizada. E, portanto, feliz.

Ainda mais: os avanços incluídos na futura Carta constitucional devem-se ao PMDB.

Temos problemas a enfrentar para que o país reencontre o caminho do desenvolvimento e todos tenham uma vida mais justa, sem o fantasma da crise. Vamos chegar lá.

Não nos parece, assim, que existam motivos que justifiquem outra opção a não ser a continuidade da presença peemedebista. Para que a obra de reerguimento possa se completar. Para o bem de um país que tem sido e continuará a ser a razão da existência do PMDB. Este partido, sem dúvida, vai se consolidar definitivamente no Brasil, como uma grande agremiação de centro-esquerda e, portanto, de linha progressista.

Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional



Todos querem mais garantia

O segundo turno vai aprimorar o texto da nova Carta e decidir, em última instância, os pontos polêmicos. São polêmicos porque envolvem profundo conflito de interesses econômico-sociais e de posições ideológicas. Mas o que está só com maioria absoluta poderá ser retirado.

Com 245 artigos, o texto é acusado de minucioso, detalhista. Isto se explica. A Carta não surgiu de um "prato feito": nasceu de ampla consulta em que a sociedade foi ouvida e opinou. Aí evidenciou-se que os menos amparados pelo bafejo do poder econômico, político e social querem amarrar certos direitos à pilastra constitucional. Só assim imaginam estar seguros. O exemplo da Previdência Social é sugestivo. A lei não foi garantia suficiente para evitar o aviltamento dos benefícios, empobrecendo aposentados e pensionistas.

Como, então — raciocinam — deixar por conta da lei o que a lei não protegeu?

De outro lado, deve a ANC fazer uma Constituição moderna para uma sociedade hoje complexa e reivindicante. Outrora, acaso, se falava em direitos da mulher, idosos, criança, deficientes, índios, minorias, meios de comunicação e meio ambiente?

Por isso, o texto abarcou tantos assuntos. Só permanecerão, porém, os dispositivos que resistirem ao tempo.

As constituições sempre refletiram a preocupação de evitar a repetição de males recentes. E os nossos não foram poucos...

Daniel Machado
Coordenador do JC

Defesa dos avanços

O ordenamento máximo de um país deve primordialmente traduzir os sentimentos e as expectativas do corpo social a que se destina, como se cada um dos cidadãos, reunidos em maioria, assumisse, em nome do Estado, a defesa e o compromisso de respeitar e cumprir um único, nacional e amplo contrato de direitos e deveres individuais e coletivos, que ela mesma exige e relaciona.

Toda constituinte é, portanto, o espelho que deve refletir respostas afirmativas às ansiedades populares. Não há verdade mais corriqueira. Assim, a Assembléia, no primeiro turno de discussão e votação do texto da nova Constituição, não poderia deixar de atender aos reclamos da sociedade brasileira, que requer melhorias sociais profundas e substancial modernização da ação política.

O Brasil, encerrado o período autoritário, ingressa numa nova fase de redemocratização e com uma dívida social a impor imediato resgate. O Legislativo, que é a representação do povo no poder, precisa retomar as prerrogativas que lhe foram subtraídas pelos governos de exceção; a União, por outro lado, não pode continuar retendo os recursos que beneficiariam os estados e os municípios, nem o Governo permanecer dispondo, discricionariamente, de verbas a fundo perdido, atendendo interesses alheios aos da sociedade; o aperfeiçoamento da relação capital-trabalho, por fim, necessita ser garantido, para que, evitado o confronto, se alcance o equilíbrio social e a efetiva e equânime distribuição da renda nacional. Por isso, vem a Carta, globalmente considerada, respondendo a essas questões, e formulando avanços na estruturação administrativa, política, econômica e social da nação.

Os progressos alcançados têm, infelizmente, os seus inimigos. Sob os mais inconsistentes argumentos, já prometem, na fase decisiva da elaboração da nova Lei Magna, inviabilizar numerosas daquelas disposições, impondo que, num movimento de reação, todos os democratas, mais sensíveis às reivindicações do povo, se unam em defesa do texto aprovado, que consagra as mencionadas e outras conquistas. Aliam-se, entre essas, as garantias de acesso à educação, à saúde e ao saneamento básico; a segurança quanto à fidelidade da informação e a uma digna qualidade de vida; a instituição dos meios para que progridam a cultura e a ciência. Determina-se a equiparação qualitativa e quantitativa dos benefícios previdenciários devidos a quem trabalha, de modo a que o homem do

campo não seja assistido por apenas 9 das 18 modalidades de direitos assegurados ao trabalhador da cidade.

Aqui, também, impõe-se a preservação do valor monetário dos auxílios,

que passam a nortear os critérios de cálculo, observada a mesma época dos reajustamentos periódicos, assim mantendo o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões.

A solução dos problemas da saúde da população, por sua vez, é procurada pela integração das ações e serviços curativos e preventivos, dirigidos ao atendimento individual e coletivo. Eliminando-se a atuação separada e compartimentada da medicina, que tem sido uma das causas principais do péssimo desempenho da área da saúde no Brasil, adota-se unicidade nas suas políticas e determina-se que, como direito de todos e dever do Estado, seja ela prestada universal e igualitariamente, quer na doença, quer na sua prevenção.

Os avanços subordinados à Ordem Social, como os últimos elencados, têm sido sistematicamente contestados, inclusive porque o título começa por introduzir tratamento sistêmico das políticas públicas, subordinando-as ao conceito único de seguridade social. As inovações que contêm se estendem, todavia, entre outras, pelas áreas de ciência e tecnologia, comunicações e meio ambiente — esta exaltada como de conteúdo constitucional dos mais modernos e progressistas de todo o mundo.

Como se sabe, não obstante o país possuir, nesse último particular, um ordenamento legal compatível, tem sido difícil coibir as agressões perpetradas contra o ambiente, eternizando o Brasil em posição de relevo entre as nações que mais se descuidam da preservação da natureza.

Os atentados contra o patrimônio natural de toda a sociedade constituem, portanto, o indicador mais nítido da contradição existente entre a lei, que defende o sistema ecológico, e os condenáveis procedimentos observados na realidade, que sistematicamente a desrespeitam.

Então, nessa e em outras questões da nova Carta, para que os progressos vislumbrados pelos constituintes não se transformem em mero elenco de intenções, será necessário que o próprio povo se mobilize, seja no sentido de sustentar, contra os inimigos desses avanços, o texto aprovado, seja na direção da aceitação e obediência ao conjunto dessas disposições, que visam, como quer a sociedade, a aprimorar o desempenho das instituições e a elevar, tanto quanto merecem os brasileiros, o baixíssimo nível do bem-estar social hoje verificado no país.

Constituinte Jutahy Magalhães
1º-Secretário do Senado Federal

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Benevides; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá; **Suplentes**: Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Porto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretários de Redação Adjuntos — Paulo Domingos R. Neves e Sérgio Chacon
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves
Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdura Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Maria de Fátima J. Leite, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco An-

tônio Caetano, Eurico Schwinden, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Clovis Senna, Luiz Cláudio Pinheiro, Marliane Ilhesca, Domingos Mourão Neto, Ijoanilde Américo Ferreira e Henda Fouad H. Jawabiri.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

Reinaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e William Prescott.

Composto e impresso no Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita

Cabral entrega o texto à Mesa

ADIRP/Reynaldo Stavale

O projeto da nova Constituição, com as emendas aprovadas no primeiro turno já incorporadas no texto, foi entregue solenemente pelo relator geral da Constituinte, Bernardo Cabral, ao presidente da Assembléia em exercício, senador Mauro Benevides (PMDB — CE), e ao deputado Ulysses Guimarães, na ocasião exercendo a presidência da República, na presença do presidente do Senado, Humberto Lucena, dezenas de constituintes e representantes da imprensa.

Na solenidade em que discursaram o presidente Ulysses Guimarães (ver o texto do pronunciamento abaixo) e também o relator, o senador Mauro Benevides ressaltou a importância daquele momento, assegurando que é anseio dos constituintes e da sociedade brasileira “promover a votação da nova Carta com a maior celeridade possível, para o redirecionamento da vida política, econômica e social do País”.

Benevides saudou a presença de Ulysses na ocasião, enfatizando ser ele considerado, com muita justiça, “o artífice de todo esse trabalho de elaboração constitucional, a que se entregou com exemplar devotamento e com inextinguível espírito público”.

Ao passar o exemplar do projeto às mãos de Benevides, o relator Bernardo Cabral destacou a importante contribuição que recebeu dos deputados Antônio Carlos Konder Reis (PDS — SC) e Adolfo Oliveira (PL — RJ) e do senador José Fogaça (PMDB — RS) na execução de sua tarefa.

Elogiando a importância do deputado Ulysses Guimarães em todo o processo de discussão e votação da nova Constituição, Cabral explicou algumas inovações introduzidas no texto.

REORGANIZAÇÃO

Chamou a atenção o relator para o fato de ter sido introduzido ao projeto um novo título, o das *Disposições Gerais*, com alguns artigos que inicialmente integravam o chamado Ato das Disposições Transitórias, explicando que não foi alterado o conteúdo dos dispositivos aprovados em primeiro turno pelo plenário, mas apenas reorganizados e renumerados os artigos.

Na consolidação das emendas aprovadas pelo plenário, Bernardo Cabral e seus relatores auxiliares deram nova numeração aos artigos, que resultou em um projeto final com 321 artigos, sendo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e 245 do corpo permanente da futura Carta, distribuídos em nove títulos.

O projeto definitivo, que começou a ser discutido em plenário na última quinta-feira, traz um quadro sinótico que indica a origem de cada dispositivo contido no texto, um índice das matérias (que facilita a apresentação de emendas nesta última fase) e um índice das páginas. Tudo isso com o objetivo de acelerar a votação final em segundo turno, como é o desejo da sociedade e dos próprios constituintes.

A solenidade foi encerrada pelo senador Mauro Benevides, que agradeceu a presença de Ulysses Guimarães e dos demais, e anunciou a pronta distribuição do novo texto a todos os constituintes.



Ulysses vê exemplar do projeto entregue por Cabral a Benevides, sob o olhar de Fogaça e Maia

Ulysses: Carta com cheiro de povo

O presidente Ulysses Guimarães fez o seguinte pronunciamento na ocasião:

“Eu desejo, meus amigos, significar o meu reconhecimento, que é o da Constituinte e do país, ao nosso presidente Mauro Benevides. Sua presença na Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte é construtiva, sensata, talentosa e experiente, inclusive na arte difícil de dirigir um colegiado, principalmente parlamentar, porque, entre outros títulos, ele trouxe o de ex-presidente da Assembléia Legislativa de um grande estado, o seu estado, que ele representa com tanta dignidade — o Estado do Ceará.

Desejo abraçar aqui o presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Humberto Lucena, essa figura austera, conhecida, com tantos títulos na sua vida pública. Já foi líder do nosso partido, além de outras funções que ocupou com excepcional capacidade.

Meus cumprimentos ao presidente da Câmara dos Deputados, Homero Santos, que em horas e em assuntos difíceis, como recentemente, por exemplo, na votação da lei que possibilitasse as eleições municipais, em sessões às vezes tempestuosas, mostrou sua tempera, sua energia e o seu poder de compreensão. Muito obrigado.

Quero saudar o nosso relator, Bernardo Cabral. (Palmas.) A sorte também ajudou. Acho que nos grandes acontecimentos políticos e humanos a sorte é fator essencial. A sorte bafejou que a escolha recaísse, para ser relator, na pessoa do nosso companheiro Bernardo Cabral, pela sua competência, pela sua abrangência e pelo conhecimento íntimo que ele passou a ter dos assuntos referentes à Constituinte. Eu ali estou a seu lado. Frequentemente surgem inopinadamente medidas de fusão sobre assuntos os mais diferentes. Ele vira-se para cá, vira-se para acolá, apanha seus alfarrábios, diz baixo para mim: “Há um artigo, há um dispositivo, há uma linha que diz respeito a essa matéria.” E encontra de imediato o texto. O Plenário já sente que está diante de um homem que se dedicou, que conheceu seu mé-

**Ela não será
Constituição
estante para
consultas
burocráticas.
Teremos uma
Constituição
com cheiro do
povo, que irá
para a
periferia, ao
caminho dos
miseráveis.**

tier, seu ofício. Basta ressaltarmos aqui o respeito, o acatamento com que ele é ouvido, e quase que de forma inextinguível seus pareceres foram prestigiados.

Estendo meu agradecimento a Konder Reis, ex-governador, ao nosso amigo José Fogaça e também a Adolfo Oliveira.

Meus amigos, eu me permito, vendo aqui tanta gente — não pensei que fosse encontrar, mais que constituintes, tantos repórteres, tanta gente de televisão, e isso me dá cócegas na língua (risos) —, dizer mais algumas palavras rápidas.

Entendo, como presidente da Constituinte, que a elaboração constitucional teve isso que é importante na vida política, na vida dos homens públicos e nos documentos essenciais a uma nacionalidade: teve coragem. E teve a coragem do ineditismo, a coragem da originalidade, a coragem das premissas. Nós não ficamos exclusivamente nos sete textos anteriores àqueles que estamos elaborando. Eu diria que a Constituinte e a futura Constituição serão uma fronteira: uma fronteira móvel, uma fronteira que vai avançar por áreas até então não ocupadas pela vida pública, pelo Estado, que são as áreas dos humilhados, dos preteridos e dos marginalizados. Quero aqui res-

saltar algumas dessas premissas, algumas dessas originalidades. Citaria, em primeiro lugar, que instituímos verdadeiramente uma democracia direta em muitos pontos, em pontos essenciais da vida representativa desta nação. É a democracia representativa, é a democracia participativa. Isso já na página de rosto, na página vestibular do Estatuto futuro deste país. Mas não se tratou de uma declaração de intenções meramente retórica. Nós seguimos, no episódio, o que os ingleses fizeram, por exemplo, com o *habeas corpus*. Sempre se instituiu a garantia de ir, vir e ficar, a garantia pessoal de não ser preso arbitrariamente. Mas, se ficasse no texto somente isso, não lograria atingir seus resultados. E de forma instantânea, fulminante, contra a arbitrariedade criou-se a figura do *habeas data*. No caso brasileiro da nossa Constituição, quando se disse que a democracia é participativa, se estabeleceu ao mesmo tempo o plebiscito e o *referendum*. Se a Câmara elabora e aprova o projeto, se o Senado aprova o projeto, se o Executivo, o presidente da República, sanciona o projeto, ou o governador do estado, ele é transformado em lei; o Supremo, acima desses poderes, pode estabelecer a sua inaniidade, a sua inocuidade: é nulo se infringe o texto máximo da nação, que é a Constituição. Agora o povo conseguiu recapturar sua soberania, porque se um texto é aprovado pelo Legislativo, a sociedade, através da solicitação de certo número de postulantes, poderá, pelo *referendum* ou pelo plebiscito, declarar a nulidade desse texto. E não somente por motivos constitucionais, mas por motivos sociais, motivos que dizem principalmente às camadas mais humildes desta nação: será o supremo, através, repito, do *referendum* e do plebiscito.

Desejo dizer também que uma premissa importante foi reabilitar a geografia brasileira. A geografia estava humilhada, ultrajada, esquecida, porque a Federação era meramente nominal. Hoje, 21% da renda, e já no ano que vem 17% da renda, dos tributos, das riquezas em formas tributárias, coletadas pela União passarão para o estado e para o município. Vai-se realizar, assim, o dogma de que onde está o homem é que tem de estar o gover-

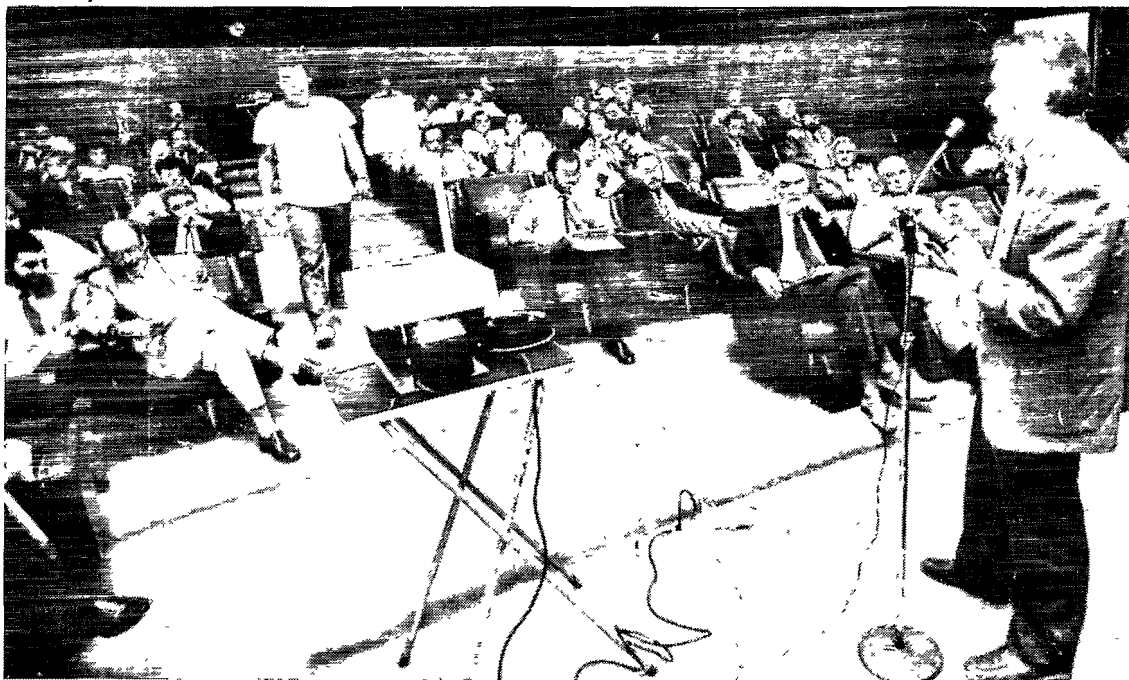
no. O homem não pode estar correndo atrás do governo. E onde está o homem? No estado, mas principalmente no município, e não há governo municipal sem receita, sem dinheiro, sem recursos. E haverá recursos razoáveis, ponderáveis, para atender às necessidades de vida no âmbito estadual, no âmbito municipal. Esse, sem dúvida alguma, será um acontecimento que muito contribuirá para a reversão da pirâmide que inestabilizava socialmente este país. O que é o Brasil? O Brasil é uma pirâmide que se baseia em Brasília, e em Brasília, no Palácio do Planalto, e no Palácio do Planalto, em um homem só, esse homem que se chama presidente da República. Por isso, era uma pirâmide inestável. Os quatro mil e tantos municípios estão na base, no ar, de cabeça para baixo, o que traz, como consequência, este quadro, repito, de grande injustiça social. Esta reabilitação da geografia, através da descentralização tributária, será, sem dúvida alguma, uma conquista histórica para a vida deste país.

Finalmente, gostaria de citar o que aconteceu no capítulo — um título amplo, hoje — da previdência e da seguridade. No Brasil há milhões de brasileiros que são brasileiros, são habitantes, não são cidadãos. Que é o cidadão? O cidadão participa do desenvolvimento; o cidadão participa do Estado; o cidadão entra no Estado para ter suas vantagens; o cidadão só é cidadão quando consegue, principalmente com o apoio do Estado, vencer a miséria, o analfabetismo, a doença e outros males. Sem dúvida, a Previdência Social e a seguridade social estabeleceram a universalidade do benefício. É cidadão quem paga, é cidadão quem não paga, porque ele também terá médico, terá remédio, terá saúde. E, ao lado disso, aproximamos muito a população rural da urbana. Não se estabeleceu ainda uma igualdade completa, mas se aproximou muito, através dos benefícios e dos direitos de que serão titulares.

Meus amigos, sinto grande orgulho desta Constituição. Sei que ela tem, até agora, defeitos. Vamos procurar corrigi-los. Mas, sem dúvida, o saldo de benefícios, principalmente sociais, é muito grande. Espero em Deus que o futuro nos fará justiça. Fará justiça mais do que ao presidente, mais do que a Bernardo Cabral: fará justiça aos constituintes, muitos deles anônimos, que colaboraram de forma esclarecida para a arquitetura, para a tessitura, para a armação, para a arquitetura de uma obra deste porte, fazendo com que, depois da promulgação desta Constituição, tenhamos um novo Brasil, tenhamos rotas, tenhamos caminhos. Vamos ter uma Constituição que não será uma Constituição estante para consultas burocráticas. Teremos uma Constituição com o cheiro do povo, andarilha, que irá para a periferia, para o caminho dos miseráveis, procurando melhorar as suas condições.

Meus amigos, ao encerrar, agradecendo por esta reunião em que fui recebido com tanto carinho, na minha Casa, certo de que, com Bernardo Cabral, com os relatores adjuntos, com o presidente do Senado, com o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Mauro Benevides, nós vamos polir, vamos passar a lixa, vamos melhorar naquilo que deva ser melhorado.

Eu terminaria dizendo o seguinte: meus amigos constituintes e líderes, nós — nós quem? Os constituintes — vencemos o primeiro round. O *establishment*, a inércia, o conservadorismo, o receio de avançar foram jogados à lona no primeiro round. Precisamos agora ganhar a batalha no segundo turno. E quem vai ganhar a batalha não seremos nós, os constituintes, ou aqueles que ocupam cargos de direção. Quem vai ganhar a batalha, estou certo, será o cidadão brasileiro.” (Palmas.)



Mauro Victor, presidente da OIKOS — União dos Defensores da Terra, mostra os malefícios dos aerossóis

Constituinte debate destruição do ozônio

As consequências da destruição da camada de ozônio na atmosfera e as iniciativas já em curso no Congresso destinadas a disciplinar a matéria no Brasil foram amplamente debatidas durante uma audiência promovida pela Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte, com o apoio da União dos Defensores da Terra — Oikos.

Os trabalhos foram conduzidos pelo deputado Fábio Feldmann, do PSDB de São Paulo, que contou com a cooperação dos deputados Raimundo Bezerra, do PMDB do Ceará, e César Cals Neto, do PDS do Ceará, todos líderes da chamada Frente Verde no Congresso.

Os debates, dos quais participaram representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Eletrobrás, do INPE, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Desenvolvimento Industrial do MIC, de universidades e de vários centros de pesquisa envolveram temas como os efeitos da destruição da camada de ozônio sobre a saúde humana e os esforços internacionais para a camada de ozônio, enfocando-se principalmente a participação brasileira.

O deputado Fábio Feldmann apresentou o informe "The Changing Atmosphere" sobre uma conferência mundial realizada em Toronto, no Canadá, de 27 a 30 de junho último e que abordou, a nível internacional, as consequências das mudanças na atmosfera, tanto para a saúde humana como para o equilíbrio ecológico em geral.

O ozônio é um dos principais responsáveis pela existência de vida na terra, protegendo os seres vivos através de um processo de constante geração na atmosfera, o que constitui a principal forma de produção desse gás pela natureza. Através das descobertas que possibilitaram ao homem a sua produção artificial, abriu-se um importante campo de aplicação no tratamento de água para consumo humano.

Embora ainda não tenha limites definidos, as aplicações do ozônio

O ozônio é um dos principais responsáveis pela existência de vida na terra. Três projetos dispõem sobre a proteção da camada atmosférica.

abrangem, no momento, a conservação de alimentos, a odontologia, o tratamento de água mineral, a renovação de água em piscinas, esterilização de água do mar para cultura de ostras; purificação de ar e renovação do ar confinado; desinfecção de lixo; tratamento de efluentes de esgotos sanitários; eliminação de mofo de papel-moeda em caixas fortes; esterilização de ambientes; envelhecimento de bebidas; oxidação do nitrogênio nos gases das formas de coque e tratamento de águas residuais industriais.

PROJETOS

Praticamente todos os debates giraram em torno dos três projetos de lei que tramitam na Câmara, dispondo sobre a proteção da camada atmosférica no Brasil, de autoria dos deputados César Cals Neto, Fábio Feldmann e Gonzaga Patriota, este do PMDB de Pernambuco. O projeto de iniciativa do deputado César Cals Neto, que tramita em regime de urgência, proíbe, em todo o território nacional, a utilização de clorofluorcarbonetos, comercialmente conhecidos como CFC 11, CFC 12 e CFC 114, como gás propelente de produtos apresentados em aerosol.

Segundo o projeto, somente será permitido o uso de clorofluorcarbonetos, quando em produtos de uso imprescindível, e desde que não exista substituto, após apro-

vação feita pelo órgão federal competente quanto a sua real utilidade.

Já o projeto do deputado Fábio Feldmann também proíbe em todo o país o uso dos clorofluorcarbonetos, limitando a sua utilização ao uso medicinal, e definindo a responsabilidade do poder público no controle de sua comercialização.

De acordo com o projeto Feldmann quem produzir clorofluorcarbonetos estará sujeito às sanções de multa de 10 mil OTN; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em bancos oficiais e finalmente, suspensão de sua atividade.

O projeto de iniciativa do deputado Gonzaga Patriota também proíbe a comercialização e a utilização de *sprays* que contenham clorofluorcarbono, porém estabelece que a proibição entrará em vigor 120 dias após a publicação da lei respectiva.

De um modo geral os debatedores acharam que os três projetos se completam e consideraram que eles são fundamentais à definição de uma legislação que discipline o uso dos clorofluorcarbonetos no país, considerando que o Brasil já entra atrasado na luta que se trava em todo o mundo para a adequada proteção da atmosfera.

Como em termos espaciais não há limites rígidos para a atmosfera, é necessário que o ataque ao clorofluorcarbono seja promovido em escala mundial, para que os resultados sejam eficazes.

Foi igualmente sugerido que o Brasil promova um maior engajamento no esforço internacional para evitar a destruição da camada de ozônio, lembrando-se a importância da participação brasileira na recente conferência internacional do Canadá.

Esse engajamento deverá envolver não apenas o Congresso e os órgãos específicos do Poder Executivo, como os Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, como, e sobretudo, a comunidade científica.

Empresa nacional fará lobby no 2º turno de votação

Com apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, será formalmente instalada, no próximo dia 27, no auditório Nereu Ramos, a Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, entidade formada pela união de associações de classe e empresas comprometidas com a defesa das causas nacionalistas.

Em reunião preparatória para a instalação, reuniram-se na última semana os deputados Fernando Santana (PCB — BA), Nelson Friedrich (PMDB — PR), José Carlos Coutinho (PL — RJ), José Carlos Sabóia (PSB — MA) e Luis Alfredo Salomão (PDT — RJ) e as dirigentes da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa — Flupeme, da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais — Alanac, da Associação dos Distribuidores de Produtos para Laboratórios — Assibral e do Sindicato Nacional dos Transportadores, Revendedores e Retalhistas de Derivados do Petróleo — TRR.

A Câmara se propõe a defender, no segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte, os dispositivos que fortalecem a empresa nacional, assegurando-lhe prioridade na obtenção de créditos governamentais, reserva de mercado em setores estratégicos para o desenvolvimento e a segurança nacional e preferência nas compras de bens e serviços realizadas pelo governo. Todos esses pontos estão delineados no artigo 177 do projeto da nova Carta (antes, artigo 200) e também no artigo 222 (antigo 249) do Capítulo de Ciência e Tecnologia, que define o mercado interno como patrimônio nacional e prevê a sua

ordenação tendo em vista os interesses da coletividade.

O presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa, Luís Athayde, foi escolhido presidente provisório da entidade, até que a assembleia geral eleja a diretoria definitiva. Ele explicou aos constituintes que a Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional vem defender as empresas genuinamente brasileiras, inclusive as pequenas e médias, que não tem voz e nem apoio nas entidades de representação empresarial como a Fiesp — Federação das Indústrias de São Paulo ou a CNI — a Confederação Nacional da Indústria, que estão mais identificadas com os interesses da grande empresa ligada ao capital internacional.

A Câmara já vem atuando junto ao governo federal na questão das patentes farmacêuticas, diante das pressões do governo norte-americano para que o Brasil modifique o seu Código de Propriedade Industrial para não prejudicar os interesses das multinacionais do setor farmacêutico instaladas no país. O próximo passo da entidade será fazer o *lobby* em favor dos interesses nacionalistas na Constituinte e também quando for elaborada a legislação complementar e ordinária que vai regulamentar os dispositivos constitucionais.

Dezoito entidades patronais representando 15 mil empresas de capital nacional já aderiram individualmente à Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, com o compromisso de atuar junto aos constituintes que se opuseram aos interesses das empresas genuinamente nacionais.

ADIRP/Benedita Passos



Empresários nacionalistas reunidos para criar a entidade

Veja aqui as últimas votações

O **Jornal da Constituinte** encerra, nesta edição, a publicação da íntegra das votações realizadas em primeiro turno pela ANC. Continuamos adotando a numeração que foi usada pelo plenário, inclusive deixando de renumerar os dispositivos aprovados para serem aditados ao texto. Tal medida visa a reproduzir, fielmente, o caráter das votações de vez que a concatenação das fusões com os artigos do texto-base deveria ser, como de fato foi, atribuição do relator-geral e dos seus adjuntos que integram, juntamente com convidados especiais, a comissão de redação. A votação em primeiro turno foi realizada após um ano e cinco meses de trabalho exaustivo estando próxima, agora, a conclusão geral dos trabalhos.

Ato das Disposições Gerais e Transitórias (continuação)

DOMICÍLIO ELEITORAL

Parágrafo aditivo — Para as eleições de 15 de novembro de 1988, exigir-se-á domicílio eleitoral, na circunscrição, pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito.

Votaram: 407
Sim: 336
Não: 55
Abstenção: 16

Tal votação determinou fosse aprovada pela Constituinte fusão de emendas aditando mais um parágrafo ao artigo 47 das Disposições Transitórias. A proposta, de autoria dos constituintes Jorge Arbage (PDS — PA), José Melo (PMDB — AC) e Jorge Hage (PMDB — BA) reduz o prazo de domicílio eleitoral previsto atualmente.

CRÉDITOS CORRIGIDOS

Os créditos do Banco Central do Brasil e do Banco Nacional de Habitação, junto a entidades a que se refere a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, originários de operações de empréstimo, de financiamento, de refinanciamento, de assistência financeira de liquidez, de cessão ou sub-rogação de créditos hipotecários ou de cédulas hipotecárias, realizadas com recursos próprios daqueles bancos ou de fundos pelos mesmos geridos, são sujeitos a correção monetária, até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, mesmo quando decretada a intervenção, liquidação extrajudicial ou falência.

Parágrafo único — O disposto neste artigo se aplica inclusive:

I — às operações realizadas posteriormente à decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, referentes à efetivação da garantia de depósitos do público ou de compra de obrigações passivas

das entidades a que se refere a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;

II — aos créditos anteriores à promulgação desta Constituição não liquidados até 1º de janeiro de 1988.

Votaram: 397
Sim: 387
Não: 1
Abstenção: 9

Nos termos da emenda de autoria do ex-constituinte Oswaldo Lima Filho (PMDB — PE), essa votação aprovou a correção dos créditos hipotecários. A proposta acrescenta artigo às Disposições Transitórias.

EDIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO

A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e/ou mantidas pelo poder público, promoverão edição popular do texto integral desta Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da nova Constituição do Brasil.

Votaram: 346
Sim: 312
Não: 24
Abstenção: 10

Essa votação indicou a decisão da Constituinte de aditar mais um artigo às Disposições Transitórias, nos termos de emenda de autoria do constituinte Sólton Borges dos Reis (PTB — SP).

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

É criada uma comissão composta de nove membros, sendo três do Poder Legislativo, três

ADIRP/Guilherme Rangel



A votação que anistiou microempresários e produtores rurais foi uma das mais movimentadas

do Poder Judiciário e três do Poder Executivo, para promover as comemorações do centenário da proclamação da República e da promulgação da primeira Carta republicana do país, podendo, a seu critério, desdobrar-se em tantas subcomissões quantas forem necessárias.

Parágrafo único — No desenvolvimento de suas atribuições, a comissão promoverá estudos, debates e avaliações sobre a evolução política, social, econômica e cultural do país, podendo articular-se com governos estaduais e municipais e com instituições públicas e privadas que desejem participar do evento.

Votaram: 346
Sim: 312
Não: 24
Abstenção: 10

Aprovada nessa votação emenda apresentada pelo constituinte Ezio Ferreira (PFL — AM). A proposta, aditiva, soma novo artigo às Disposições Transitórias.

ESTUDOS TERRITORIAIS
É criada a Comissão de Estudos Territoriais com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco membros do Executivo, escolhidos pelos respectivos Poderes até 90 dias após a promulgação desta Constituição, com a finalidade de apresentarem estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal e áreas pendentes de solução.

Parágrafo único — No prazo de um ano a Comissão submeterá ao Congresso Nacional o resultado de seus estudos para, nos termos desta Constituição, serem apreciados nos 12 meses

subseqüentes, extingüindo-se logo após.

Votaram: 374
Sim: 307
Não: 49
Abstenção: 18

Com esse resultado ficou aprovada fusão de emendas de autoria dos constituintes Francisco Rollemberg (PMDB — SE), Bonifácio de Andrada (PDS — MG) e José Carlos Vasconcelos (PMDB — PE) que aditou mais um artigo ao texto das Disposições Transitórias.

TELECOMUNICAÇÕES

As concessões de serviços públicos de telecomunicações, atualmente em vigor, ficam mantidas nos termos fixados em lei.

Votaram: 376
Sim: 367
Não: 3
Abstenção: 6

Por meio desta votação, a Constituinte acolheu emenda de autoria do constituinte Manoel Ribeiro (PMDB — PA), mantendo as atuais concessões de serviços públicos de telecomunicações.

RECURSOS MINERAIS

Art. 53 — Ficarão sem efeito na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais ou no prazo de um ano, a contar da promulgação desta Constituição, autorizações, concessões e os demais títulos atributivos de direitos minerais cujos trabalhos de pesquisa ou de lavra não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou que estejam inativos.

Votaram: 372
Sim: 355
Não: 9
Abstenção: 8

Aprovada pelo Plenário, com esse resultado, fusão de emendas que determinou nova redação para o art. 53, segundo proposta de autoria dos constituintes Bonifácio de Andrada (PDS — MG), Haroldo Lima (PC do B — BA), Délio Braz (PMDB — GO), Octávio Elísio (MG), Lysâneas Maciel (PDT RJ), Márcia Kubstschek (PMDB — DF), Maria de Lourdes Abadia (PFL — DF) e Aldo Arantes (PC do B — GO).

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

As atuais empresas brasileiras, titulares de autorização de pesquisa ou concessão de lavras de recursos minerais em vigor, terão quatro anos, a partir da promulgação desta Constituição, para cumprir os requisitos do art. 206.

§ 1º — Ressalvadas as disposições de interesse nacional previstas nesta Constituição, as empresas brasileiras ficarão dispensadas do cumprimento do disposto no art. 206, desde que, no prazo de até quatro anos da data da promulgação desta Constituição, tenham o produto de sua lavra e beneficiamento destinado à industrialização no território nacional, em suas próprias empresas ou em empresa industrial controladora ou controlada.

§ 2º — As empresas brasileiras, referidas no § 1º deste artigo, somente poderão ter autorizações ou concessões de pesquisas ou lavras para as substâncias minerais que utilizem seus respectivos processos industriais.

Votaram: 365
Sim: 361
Não: 2
Abstenção: 2

Com tal votação o Plenário decidiu pela aprovação de fusão de emendas que veio a aditar um artigo a outro dispositivo já aprovado, artigo 53, referente à concessão de lavras de recursos minerais. A proposta aprovada foi apresentada pelos constituintes Bonifácio de Andrada (PDS — MG), Fernando Gasparian (PMDB — SP), Aldo Arantes (PC do B — GO), Luiz Salomão (PDT — RJ), José Lourenço (PFL — BA), Ademir Andrade (PSB — PA), Adolfo Oliveira (PL — RJ).

Anistia, o que vale e quanto pesa

Um dos mais controvertidos entre os votados no ato das Disposições Transitórias foi a anistia da correção monetária para os pequenos e microempresários e aos produtores rurais de pequeno e médio portes. Dentro de sua complexidade, o assunto ensejou o embate das argumentações características das discussões em plenário.

A redivisão territorial do país também ganhou espaço de proporções significativas, tendo como ponto de referência a emenda que propôs a criação de um novo Estado — o Triângulo — com a divisão de Minas Gerais. Talvez pela importância econômica da região ou de Minas, houve uma grande mobilização do Plenário.

Por fim, merece destaque a preocupação dos constituintes Paulo Ramos (PMDB — RJ), Amaury Müller (PDT — RS) e Benedita da Silva (PT — RJ) com a possibilidade de a ANC vir a sofrer pressões durante a votação do segundo turno.

ANISTIA

“Creio que chegou a hora desta Assembleia dar uma resposta concreta aos anseios dos pequenos, micros e médios empresários e produtores rurais.” Assim o constituinte Vicente Bogo (PSDB — RS) iniciou seu discurso de defesa da fusão de emendas que anistia da correção monetária os débitos daqueles empresários para com as instituições financeiras, durante o Plano Cruzado e no chamado Período Bresser.

Antes de tudo, ele fez questão de mostrar que a fusão que defendia não era fruto de qualquer articulação do latifúndio, de setores conservadores ou de oportunistas que querem aproveitar o momento para tirar privilégios”. E, também, de assegurar que a medida não causaria rombo aos cofres públicos, “como está sendo apregoado até por propaganda maldosa na televisão”. Segundo informou, os custos das anistias (que ele tem como tímida em termos de abrangência) nem seriam tão altos quanto os reajustes dos contratos das grandes empreiteiras encarregadas de obras do Governo federal.

DEFINIÇÃO

“Entendo que a primeira coisa para se falar sobre agricultura e agricultores é saber pelo menos distinguir uma melancia de um abacaxi. Apresentamos essa emenda porque entendemos que este país haverá de fazer uma definição entre o homem que produz e trabalha e o que especula no mercado fi-

nanceiro.” Quem disse isso foi o constituinte Humberto Souto (PFL — MG), defendendo, como um dos autores, a emenda de anistia da correção monetária aos pequenos, micros e médios empresários. Em sua opinião, parece não estar havendo no país uma preocupação tão grande com os problemas do produtor rural, quanto há em relação aos prejuízos dos bancos e banqueiros.

Quanto às críticas levantadas de que a fusão em debate beneficia o médio produtor, Humberto Souto lembrou que 80% dos produtores brasileiros podem ser enquadrados nas categorias de pequenos e médios, sendo responsáveis, os médios, por 50% da balança de exportação do Brasil.

Por fim, ele defendeu a parte da emenda que estende a anistia até dezembro de 87, argumentando que o Plano Bresser também propôs uma inflação nunca acima de 5%.

QUEBRA

Já o líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB — BA), trouxe a revelação de que, aprovada a emenda defendida por Humberto Souto, o custo para o setor público e privado chegaria à casa dos 750 bilhões de cruzados, o que — segundo ele — significaria a quebra generalizada de bancos oficiais e de vários bancos privados, sem falar no desmoronamento de todo o sistema financeiro nacional. E, para que isso não ocorresse, o governo se veria na contingência de recorrer a impostos “para tirar do povo o dinheiro que vai ser repassado até para médios produtores rurais que, por si sós, têm condições de pagar seus débitos”. Carlos Sant'Anna observou que, no tocante aos micro e pequenos empresários e produtores, estes seriam plenamente atendidos uma vez aprovadas as emendas que seriam votados mais adiante, na pauta daquela noite.

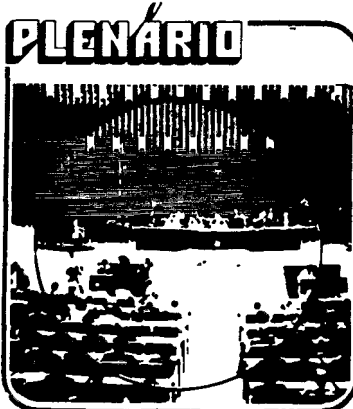
E para finalizar, o líder peemedebista apelou à consciência dos constituintes para que rejeitassem a emenda que, a seu ver, vinha com o fantasma de uma hiperinflação, “um custo injusto sobre o povo brasileiro”.

Para defender emenda de sua autoria, limitando a 5 mil OTN o financiamento inicial beneficiado com a anistia da correção, o constituinte Roberto Freire (PCB — PE) enfatizou a intenção moralizadora de sua proposta. Segundo disse, a emenda anteriormente aprovada ampliava tanto o universo dos beneficiados que deixava de ser anistia para passar a negociação. O que se queria com ela, de acordo com Roberto Freire, era que os latifundiários se beneficiassem. Mas isso, nós, comunistas, não queremos”. Na busca do acordo, recordou, “ingressamos

ADIRP/Reynaldo Stavale



Na tribuna, Roberto Freire defende emenda limitando a 5 mil OTN a anistia aos produtores.



Humberto Souto a propósito da emenda sobre a anistia: “O País deverá fazer uma definição entre o homem que produz e o que especula no mercado financeiro.”

na discussão à procura de um texto que atendesse também ao micro e ao pequeno, àqueles que, muitas vezes, se assemelham, até por serem quase artesãos, ao operário”.

TRIÂNGULO

Ao defender a realização de plebiscito para a criação do Estado do Triângulo, o constituinte Wilson Martins (PMDB — MS) lembrou que a idéia da redivisão territorial do Brasil existe desde a implantação das capitanias hereditárias até o momento atual, passando pela Carta de 1823 e por Getú-

lio Vargas, com a criação de territórios federais. Ele fez questão de dar seu próprio testemunho, como primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul, de que a idéia de se dividir Mato Grosso foi “salutar, eficaz, de grande importância política, administrativa, com grande repercussão na vida da população dos dois estados”. Recordou, a seguir, a existência de emenda popular com 202 mil e 577 assinaturas pelo desmembramento de Minas. E arrematou pedindo a seus pares que dessem a oportunidade aos habitantes da região do Triângulo mineiro, “que há mais de 150 anos pedem sua emancipação”, de, através de plebiscito, decidirem sobre a criação do novo estado.

QUEM TEM MEDO?

Embora admitindo que “em briga de mineiro gaúcho não se mete”, o constituinte Victor Faccioni (PDS — RS) invocou sua condição de brasileiro “para tentar restabelecer a paz em Minas”. E a melhor forma, a seu ver, de se fazer isso seria entregar à própria comunidade o direito de decidir seu próprio destino. Em sua defesa do plebiscito para a criação ou não do Estado do Triângulo, Victor Faccioni lembrou que o princípio da consulta plebiscitária já fora adotado na ANC, ao acolher emenda que estabelecia referendo popular para daqui a 5 anos, quando se escolherá sistema de Governo e regime político do país. Então é hora de nós também estabelecermos a mesma linha de raciocínio — prosseguiu — mantendo a praxis legislativa e dando também o direito ao povo do Triângulo de poder se manifestar sobre a questão.” Afinal — concluiu — quem tem medo do povo?

FIEL DA BALANÇA

Contrário à idéia o constituinte Afonso Arinos (PSDB — RJ) começou seu pronunciamento enumerando as diversas tentativas feitas através dos anos, para dividir Minas Gerais, iniciadas, segundo informou, em meados do século passado. Depois centrou sua argumentação na representatividade política, econômica e social do estado, o que, no seu entender, o torna “fiel da balança” no Brasil: “Ainda hoje a integridade de Minas é a permanência da confiança em uma balança equilibrada dos interesses políticos e sociais deste País.” E finalizou dizendo que a divisão de Minas seria “colocar de maneira cambaleante, de maneira flutuante, a defesa da liberdade neste país”.

Também o constituinte Roberto Brant (MG) se manifestou contra a emenda, dizendo-se representante de outros 50 da bancada mineira, todos expressando “firme decisão de Minas Gerais em manter-se íntegra e unida”. Em seguida, reforçou a vocação de seu estado para a intermediação, papel que, segundo acentuou, impede que os ânimos nacionais se acirrem, “ora tomando partido do Norte, ora do Sul, e mantendo, afinal, íntegro e unido esse grande território e essa grande Nação. Daí — concluiu — cortar parte de seu território seria enfraquecer Minas “nesse papel que tem cumprido ao longo da história”.

LOBBY

A notícia veiculada na imprensa sobre uma reunião no Rio entre representantes de multinacionais para elaboração de estratégias de influência na ANC com vistas a modificar, no 2º turno, parte do texto já aprovado, foi objeto de críticas de constituintes como Paulo Ramos (PMDB — RJ), que se diz estarrecido com o que leu. Ele recorda que o texto do 1º turno foi aprovado com votos de constituintes que, “se alterarem sua decisão anterior estarão sob suspeição”. Ao lado desse alerta, porém, Paulo Ramos diz não acreditar que isso aconteça, “que os que votaram as emendas que constam hoje do texto tenham coragem de modificar seu voto”. E pede a seus pares que preservem os avanços sociais obtidos até aqui, discutindo democraticamente as possibilidades de mudanças, “mas nunca pela interferência das multinacionais”.

Outro que se referiu ao assunto foi o constituinte Amaury Müller (PDT — RS) para quem uma tentativa desse calibre significaria desrespeito, por parte do empresariado, à soberania da ANC. Ele denunciou ainda que essas pressões sobre a votação do 2º turno não partiriam apenas do lobby internacional, mas também do capital nacional. “Se esses empresários desejam influir decisivamente nos rumos e decisões da Constituinte — indaga — por que não se candidataram para defender seus pontos de vista?”

Por sua vez, a constituinte Benedita da Silva (PT — RJ) manifestou sua preocupação a respeito, detendo-se mais especificamente na questão da exploração do subsolo por empresas estrangeiras. Ela acha inadmissível uma interferência política de tal porte na 2ª fase dos trabalhos da ANC, quando — a seu ver — os lobistas tentam suprimir “justamente aquilo que consideramos fundamental para a Nação”, em termos de recursos minerais.



ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

APRESENTAÇÃO DE EMENDA

(2º TURNO) — (Vide Verso)

1 ETIQUETA

200142-8

2 PAGINA

01/61

4 DATA

07/07/88

3 AUTOR

COSTA FERREIRA

QUEIRA ASSINALAR A NATUREZA DA EMENDA:

- ☐ — **SUPRESSIVA** — Se for de expressão ou palavra, não deverá inverter o sentido do dispositivo
Exemplo: no texto, suprimir o advérbio "NÃO", passando a ser emenda modificativa e não supressiva
- ☐ — **OMISSÃO** — Objetiva restabelecer matéria aprovada no 1º turno e não incluída na redação do vencido
- ☐ — **ERRO** — Redação do vencido que não corresponda ao que foi aprovado no 1º turno
- ☐ — **CONTRADIÇÃO** — Dispositivos contraditórios entre si e sobre a mesma matéria
- ☐ — **CORREÇÃO DE LINGUAGEM** — Sanar vício de linguagem, defeito, erro manifesto a corrigir, ou de técnica legislativa

5 TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA

Incidindo sobre o
Art. 230 § 1º

§ 1º - O Estado promoverá conjuntamente com entidades não governamentais, programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente obedecendo aos seguintes princípios:

Emenda para suprimir a expressão:
" CONJUNTAMENTE COM ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS "

JUSTIFICATIVA

É injustificável que os programas de assistência integral à saúde da criança sejam **OBRIGATORIAMENTE**, face a redação da norma constitucional, promovidos pelo Estado em conjunto com entidades não governamentais.

Ainda se o preceito fosse facultativo inclusive por convênios seria aceitável.
É necessário a supressão aqui proposta.

6 CONSTITUINTE

[Assinatura]

No primeiro dia de apresentação de emendas, 142 delas foram protocoladas pela Secretaria da Mesa. O prazo para o recebimento das emendas termina nesta segunda-feira (11), às 18 horas. A emenda de número 142 (aqui reproduzida) e de iniciativa do constituinte Costa Ferreira (PFL — MA) é de natureza supressiva: tenta retirar expressão de dispositivo aprovado em primeiro turno. Os formulários explicam aos constituintes os cinco tipos de emendas admissíveis nesta fase.

Números contam a história do 1º turno

Dois dias antes do encerramento da votação do projeto de Constituição em primeiro turno, o presidente Ulysses Guimarães fez um breve relatório das atividades até então cumpridas pela ANC, em carta dirigida aos constituintes, com o seguinte teor:

Colega Constituinte:

Testemunho o resultado também de seu trabalho com o breve relatório anexo, que documenta o esforço e a seriedade da obra realizada até a presente data.

A primeira fase dos trabalhos da Constituinte se deu com a atividade das comissões e subcomissões, em número de 24: 3 subcomissões por comissão. Iniciados os trabalhos das subcomissões em 7 de abril de 1987, foram concluídos a 25 de maio de 1987, num total de 49 dias, tendo sido realizadas 467 reuniões com 1.109 horas de

trabalho; as comissões iniciaram seus trabalhos em 1º de abril de 1987 e os concluíram em 12 de junho de 1987, com 100 reuniões realizadas, compreendendo 320 horas de gravação. Nessa fase foram apresentadas 9.653 proposições de constituintes e 2.347 de entidades, num total de 12 mil; foram apresentadas 6.417 emendas nas subcomissões e 14.920 nas comissões, num total de 21.337 emendas.

Em 9 de abril de 1987 iniciaram-se os trabalhos da Comissão de Sistematização e foram concluídos, nessa primeira fase, no dia 18 de novembro de 1987, com 224 dias de trabalho. Foram realizadas 125 reuniões, com 263 horas de gravação.

Nessa comissão foram apresentadas 5.624 emendas, totalizando, para sua apreciação, 26.961 emendas.

Foram produzidos na fase das subcomissões e comissões temáticas 74 textos e na Comissão de Sistematização 5 e o relator Bernardo Cabral proferiu 5 pareceres.

O texto final, levado à discussão do Plenário, continha 1.812 dispositivos com 2.277 destaques.

No Processo de votação, em plenário, iniciado em 27 de janeiro de 1988, foram apreciados 2.093 destaques, 1.764 dispositivos e realizadas 108 sessões com 684 votações em 448 horas de trabalho. O aproveitamento médio foi de 16,33 dispositivos/sessão.

Em 28 de junho faltavam ser apreciados 48 dispositivos e 184 destaques.

Brasília, 28 de junho de 1988.

Constituinte Ulysses Guimarães
Presidente da Assembleia
Nacional Constituinte

A maioria aprovou. Só ela derruba

O relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral (PMDB — AM) inicia esta semana (dia 12) o exame das emendas apresentadas pelos constituintes ao projeto de Constituição, para votação em segundo turno. O prazo do relator vai até o dia 17, quando deverá oferecer seu parecer sobre as emendas, para distribuição aos constituintes no dia 18. Nos dias subsequentes (19 e 20) serão recebidos os pedidos de destaque para as emendas que serão votadas a partir do dia 21.

Bernardo Cabral entregou o Projeto para a votação em segundo turno na terça-feira, dia 5. O projeto foi distribuído no dia 6 e, no dia 7, começou a ser discutido pelo Plenário, iniciando-se também a apresentação das emendas limitadas a 4 por constituinte. De acordo com as "Normas Reguladoras do Segundo Turno", distribuídas pelo presidente Ulysses Guimarães ficou estabelecido que durante os cinco dias de discussão (7 a 11) o constituinte poderia falar uma única vez (pela ordem de inscrição) pelo prazo de 10 minutos, cabendo 20 minutos aos líderes e 30 ao relator.

EMENDAS

Nesse mesmo período, cada constituinte pôde apresentar emendas classificadas em cinco tipos: supressiva, de omissão, de erro, de contradição e de correção de linguagem. Fora destas qualificações, nenhum outro tipo de emenda seria aceita, por força do Regimento Interno da ANC. As emendas supressivas, como o nome já indica, são aquelas destinadas a retirar do texto aprovado em primeiro turno expressões ou palavras, desde que não invertam o sentido do dispositivo. Por exemplo, se no texto houver a palavra *não* a emenda supressiva não poderá excluir este advérbio, porque isto daria ao dispositivo em exame um sentido totalmente oposto. As emendas de omissão são as que cuidam de restabelecer matéria aprovada no primeiro turno e não incluída na redação do projeto; as emendas de erro são as que buscam retificar nele aquilo que não corresponda ao que foi aprovado no primeiro turno; as emendas de contradição têm por objetivo equacionar dispositivos contraditórios entre si e sobre a mesma matéria; e as emendas de correção de linguagem, encaminhadas à Comissão de Redação, são aquelas destinadas a corrigir vícios de linguagem, defeito, erro manifesto a corrigir, como também a melhorar a técnica legislativa.

Ainda de acordo com as normas regimentais, a votação começará pelo texto resultante da votação no primeiro turno, ressalvadas as emendas e os destaques apresentados. Já para a fase de votação

das emendas, foi estipulado o prazo de cinco minutos para o constituinte fazer o encaminhamento, sendo limitado a quatro o número de oradores (dois a favor e dois contra). Também o relator terá, nesta fase, cinco minutos para dar seu parecer.

DESTAQUES

Já os pedidos de destaque, apresentados até 48 horas após a publicação do parecer do relator sobre as emendas (parecer que deve ser sucinto de concluir por *Sim* ou *Não*), também foram limitados a quatro por constituinte. Os destaques serão solicitados nos dias 19 e 20 e somente poderão incidir sobre as emendas apresentadas.

As emendas não destacadas serão votadas em dois blocos: um, reunindo as que tiverem parecer favorável do relator; e outro englobando-as com parecer contrário. Admitir-se-á a reunião de emendas para votação simultânea, desde que uma delas tenha sido destacada e seja requerida pelos respectivos autores, primeiros signatários, e encaminhada à Mesa antes do início da votação. As emendas que corrigem omissões, erros ou contradições poderão ser votadas simbolicamente, admitida a verificação de *quorum* nos termos regimentais.

MAIORIA

No documento encaminhado a cada constituinte explicitando as normas reguladoras do segundo turno de votação, o presidente Ulysses Guimarães enfatizou dispositivo regimental pelo qual somente a maioria absoluta poderá aprovar as emendas supressivas. "O que foi aprovado com no mínimo 280 votos será retirado também com 280 votos ou mais. Não é admissível que uma parcela da Constituinte invalide votação já havida com a participação de 280 ou mais votantes, postulando que a votação se repita. O ônus há de caber aos que queiram aprovar a emenda. Além do mais, isso equivaleria a criar um terceiro turno, contrariando o ordenado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 26, convocatória da Assembleia Nacional Constituinte" — lembra Ulysses.

Ao final, ele dirige apelo aos Constituintes para que cada um dê a sua colaboração a que se chegue logo ao final da incumbência que o povo confiou à Constituinte. "Há dispositivos progressistas reclamados por milhões de brasileiros. Não podemos retardar sua vigência", escreveu o presidente da ANC, ao sugerir a cada constituinte que só apresentasse emenda se estivesse convencido de sua imprescindibilidade, a fim de evitar demora na conclusão dos trabalhos.

Criar partido político será fácil, livre e sem burocracia

O Brasil voltará a viver, a partir da promulgação da futura Constituição, num regime de plena liberdade partidária, como há muito tempo não vivia. Sem a camisa de força do bipartidarismo ou a irresponsabilidade que permita a excessiva pulverização das forças políticas em legendas regionais e até municipais, o texto da nova Carta facilitará a criação, funcionamento, fusão e até a extinção dos partidos, remetendo à lei a regulamentação e o detalhamento dos procedimentos, que serão poucos. Novos partidos vão surgir num quadro que espera-se, vai estabilizar com a sucessão presidencial.

“É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos...” Assim começa o art. 18 do capítulo V do título II do texto aprovado em primeiro turno e que consagrará na nova Carta um dos textos mais liberalizantes da vida partidária no País.

As restrições são poucas. Exige-se de uma agremiação partidária apenas o caráter nacional. Quanto ao seu funcionamento parlamentar a definição ainda virá em lei ordinária ou ainda pelo Regimento das duas Casas do Congresso. Pouca coisa mais, como, por exemplo, a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros ou então a exigência de prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Mas em compensação o novo texto constitucional expressa claramente a autodeterminação partidária. Portanto, no que tange à estrutura interna, organização e funcionamento, os partidos terão ampla autonomia, embora o texto indique aos estatutos o estabelecimento de “normas de fidelidade e disciplina partidária”.

Para a lei ordinária ainda ficou a decisão sobre o acesso gratuito dos partidos ao rádio e à televisão e a definição sobre o fundo partidário.

CORRENTES E REGRAS

A liberdade partidária que brota do novo texto constitucional não preocupa os constituintes com relação a uma possível pulverização partidária. Para o deputado Pimenta da Veiga, eleito pelo PMDB, agora sem partido, mas com um pé no PSD — Partido da Social Democracia Brasileira, “devem existir tantos partidos quantos são os segmentos do pensamento político”.

Ressalva apenas o constituinte mineiro a necessidade de regras para a representação parlamentar. É o que pensa também Lúcio Alcântara (PFL — CE), para quem devem existir regras mínimas, pe-

lo menos para que um partido tenha acesso ao rádio e à televisão e ao próprio fundo partidário. Aldo Arantes (PC do B — GO) gostaria que pelo menos o acesso à radiodifusão e as regras para a representação parlamentar ficassem definidos no próprio texto da Carta. Teme que esta omissão da Carta permita interpretações na formulação da Lei ordinária, impedindo o acesso dos pequenos partidos aos meios de comunicação ou dificultando a vida de partidos que não consigam expressão eleitoral em vários estados.

Decantação

Presidente nacional do PDC e líder do seu partido na Constituinte, o senador Mauro Borges (GO) gosta da idéia da pluralidade partidária mais ampla possível, como permite o texto aprovado, mas teme o risco de perda de representatividade de agremiações que não terão densidade em vários estados para se caracterizar como um partido nacional.

Não é a preocupação do deputado Florestan Fernandes (PT — SP), para quem isso pode ocorrer, mas só numa primeira fase pós-constitucional. “Podemos ter no início uma tendência à cogume-

Fundar partido é fácil. O difícil é ganhar apoio popular nas ruas, conquistar cadeiras no Parlamento e postos no governo. Só vence quem tem idéias e votos

lação”, explica o parlamentar, o que seria a falta de identidade política e ideológica das agremiações. De qualquer forma vê como um dado positivo, por entender que esta abertura permitirá uma politização mais ampla.

A tendência a seguir é a do agendamento dessas agremiações, segundo a projeção do sociólogo e constituinte Florestan Fernandes. Uma imposição da própria dinâmica, em vista da natural competição partidária. “Afinal, nenhum partido pode sobreviver apenas

com caciques, terá de diferenciar sua organização para enfrentar sua própria natureza, acrescenta Fernandes, temendo apenas que alguns pequenos partidos poderão continuar sendo fontes de barganha.

No geral, vê com boas expectativas o quadro partidário pós-constitucional. De um lado não se impõe ao eleitor uma escolha restrita e ao mesmo tempo confia-se que também nesses casos funcione a “seleção natural”, como queriam os darwinistas no século passado.

Ex-peemedebista e esperando a formalização do PSDB para nele se filiar, Sílvia Abreu (MG) acredita nesta decantação pela qual

rica que faz com que muitos políticos personalistas se apropriem dos partidos exclusivamente para atender a seus interesses. Às vezes, apenas para uma eleição. É o que ele chama de “partidos-táxis”, que servem apenas para levar alguém a um determinado lugar, geralmente do lado oposto da democracia.

O deputado do Ceará e presidente do Instituto Tancredo Neves, vinculado ao Partido da Frente Liberal, cita o caso de alguns governadores que se apropriam de legendas menores como quarto de despejo para candidaturas que, em suas legendas originais, não teriam aceitação.



passarão as pequenas agremiações. “É natural que as legendas mais fortes polarizem a tendência do eleitorado. Algumas pequenas legendas sobreviverão para representar as tendências minoritárias”, espera o constituinte.

Para ele, o importante é que se superou a fase da violência do bipartidarismo, nos “tempos em que se empenhava em garrotear as liberdades públicas”. Era um tempo em que duas ou três lideranças comandavam os partidos e o eleitor só era chamado para sufragar candidatos escolhidos pela cúpula.

O que o novo texto constitucional oferece à nova estrutura partidária é mais do que uma ampla possibilidade de escolha dos eleitores, para se filiar a esta ou àquela corrente, endossar este ou aquele programa. Oferece ampla autonomia interna aos partidos. “Cada agremiação — diz Aldo Arantes (PC do B — GO) — vai poder praticar seus métodos, respeitando fundamentalmente a democracia e a vontade das bases.”

SEM PERSONALISMO

A autodeterminação partidária não é por si só suficiente para o surgimento de uma nova estrutura partidária, sem distorções e sem vícios. Lúcio Alcântara chama a atenção para uma realidade histó-

BANCADA NA CONSTITUINTE

1º de fevereiro de 1987

PMDB	305
PFL	134
PDS	37
PDT	26
PTB	19
PT	16
PDC	6
PL	6
PC do B	5
PCB	3

PSB	1
PMB	1

5 de julho de 1988

PMDB	242
PFL	124
PSDB	48
PDS	35
PTB	29
PDT	24
PT	16
PDC	12
PL	8
PSB	5
PC do B	5
PCB	3
PMB	2
PTR	1
PSD	1
Sem Partido	4

Eles já são 36. É a explosão democrática contra anos de repressão

Mesmo com todos os rigores da atual legislação 9 partidos já têm seus registros definitivos e outros 15 estão com registro provisório, e há ainda outros 12 com processo em andamento no Tribunal Superior Eleitoral. No total 36 partidos, incluindo o PSDB, que na última semana publicou seus "Atos Constitutivos" — manifesto, programa e estatuto e deu entrada no TSE com seu pedido de registro provisório.

O PSDB, para sua constituição, beneficia-se da nova legislação, editada para regulamentar as elei-

ções municipais do próximo dia 15 de novembro. Segundo o art. 7º da Lei nº 7.664, de 29 de junho último, o novo partido precisa ter entre seus fundadores membros do Congresso Nacional, representantes de, pelo menos, cinco estados. E para obter seu registro provisório basta apenas criar e instalar nove Comissões Diretoras Regionais Provisórias. Pela legislação anterior, os partidos precisavam organizar-se em comissões provisórias em nove estados e em 20% dos municípios desses esta-

dos. Depois do registro provisório, o partido terá um ano para organizar-se, e, com isso, obter seu registro definitivo.

O PSDB — que tem como símbolo um tucano — surge dentro da Constituinte com 41 deputados e 8 senadores, representado de 17 estados da Federação.

REGISTRO DEFINITIVO

PDS — Partido Democrático Social

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PDT — Partido Democrático Trabalhista

PT — Partido dos Trabalhadores
PFL — Partido da Frente Liberal
PL — Partido Liberal
PC do B — Partido Comunista do Brasil
PSB — Partido Socialista Brasileiro

REGISTRO PROVISÓRIO

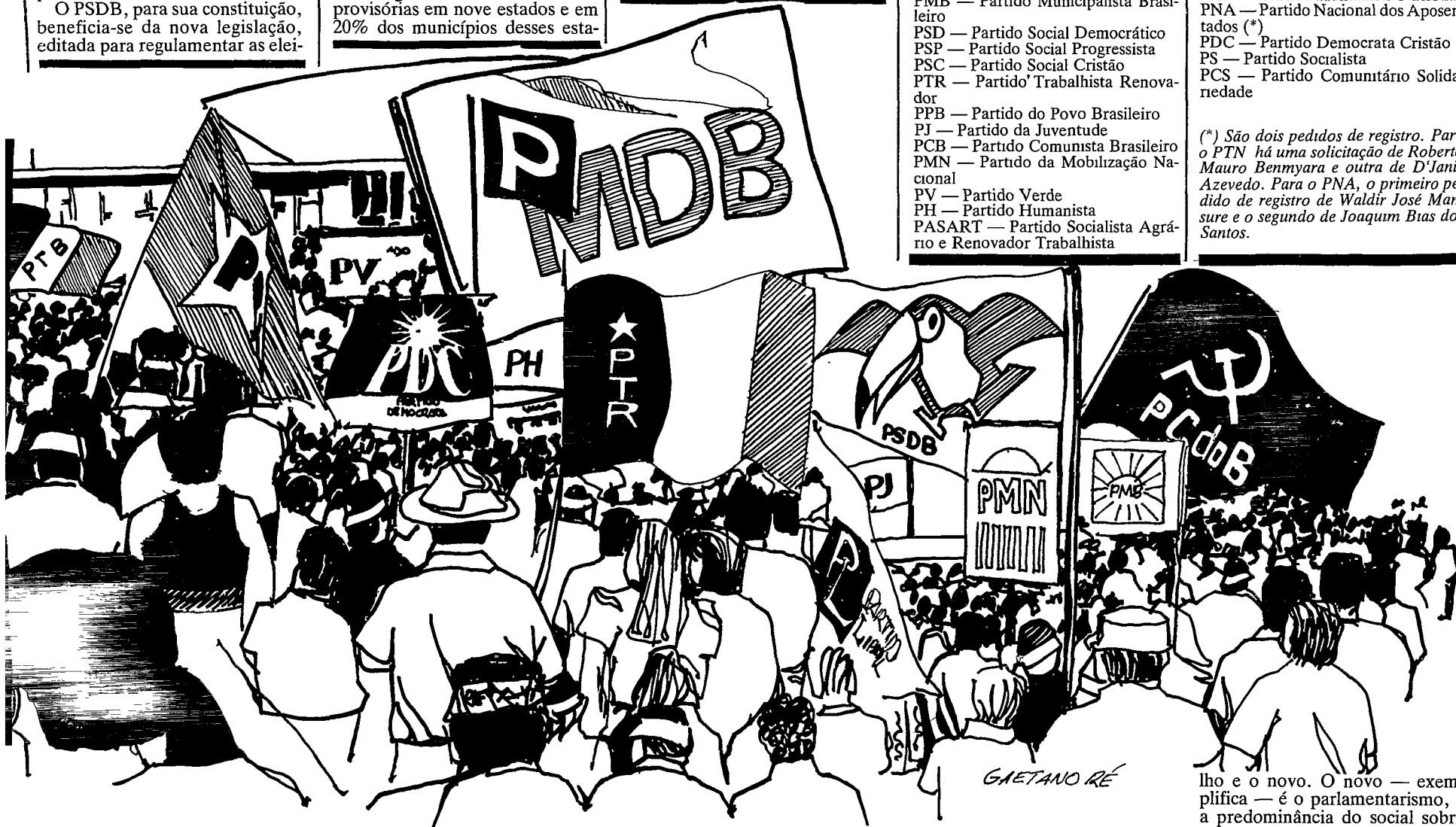
PDC — Partido Democrata Cristão
PMB — Partido Municipalista Brasileiro
PSD — Partido Social Democrático
PSP — Partido Social Progressista
PSC — Partido Social Cristão
PTR — Partido Trabalhista Renovador
PPB — Partido do Povo Brasileiro
PJ — Partido da Juventude
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PMN — Partido da Mobilização Nacional
PV — Partido Verde
PH — Partido Humanista
PASART — Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista

PCN — Partido Comunitário Nacional
PRP — Partido Republicano Progressista.

EM ANDAMENTO

PTN — Partido Trabalhista Nacional (*)
PD — Partido Democrata
PAS — Partido de Ação Social
PND — Partido Nacionalista Democrático
PHN — Partido Humanista Nacional
PNA — Partido Nacional dos Aposentados (*)
PDC — Partido Democrata Cristão
PS — Partido Socialista
PCS — Partido Comunitário Solidariedade

(*) São dois pedidos de registro. Para o PTN há uma solicitação de Roberto Mauro Benmyra e outra de D'Janir Azevedo. Para o PNA, o primeiro pedido de registro de Waldir José Mansure e o segundo de Joaquim Bias dos Santos.



Sucesso só depende de ideologia e de eleitor

Se é verdade que os partidos políticos nascem do voto popular e só com ele ganham legitimidade, não é menos correto dizer que eles se organizam, ganham forma e ideário a partir da ação de seus quadros qualificados. É no Parlamento que encontram seu principal canal de expressão.

Como parlamento privilegiado, a Assembléia Nacional Constituinte assistiu e estimulou uma verdadeira ebulição partidária, cuja acomodação se consolidará nas próximas eleições. A começar pelo pleito do próximo dia 15 de novembro.

Pelo menos um novo partido estará estruturado assim que a nova Carta for promulgada. É o PSDB — Partido da Social Democracia

Brasileira, uma legenda que, em seu lançamento — na última semana — teve a adesão de 37 deputados e oito senadores, em sua quase totalidade oriundos do PMDB, que chegou à Constituinte como uma bancada de 305 parlamentares e hoje conta com apenas 242. Assim mesmo continua sendo o maior partido da ANC e do Congresso Nacional, embora já sem número para expressar a maioria absoluta.

O PFL, que cedeu também parlamentares à nova agremiação, chegou à Constituinte com 134 parlamentares, hoje tem 128.

Enquanto uns mingau outros crescem, como foi o caso do PTB, que acrescentou 10 parlamentares à sua bancada original de 19. Com

exceção do PT, que se mantém intacto desde a instalação da Constituinte, todos os demais partidos sofreram alteração em sua representação parlamentar.

ACOMODAÇÃO SÍSMICA

Esse movimento partidário só se estabilizará depois da eleição presidencial, prevê o presidente nacional do PDC, Senador Mauro Borges (GO), cujo partido dobrou sua bancada na Constituinte (de seis para 12). "Vivemos a acomodação de um movimento sísmico provocado pelas fraturas do PMDB", avalia o democrata cristão.

Gastone Righi (SP), líder do PTB na Câmara dos Deputados e na Constituinte, prevê uma acomodação natural já a partir de 15 de novembro. Quando os partidos, inclusive o novo surgido na Assembléia, serão testados nas urnas. Mas os reflexos dessa ebulição partidária serão sentidos no futuro Congresso Nacional, que será eleito em 15 de novembro de 1990. "Os partidos terão identidade e certamente a qualidade do parlamento será muito melhor. Como decorrência disso", prevê o peemedebista Uldurico Pinto (BA).

PASSADO A LIMPO

A fragmentação das duas grandes frentes partidárias — PFL e PMDB — É vista com naturalidade pelo constituinte Aldo Arantes PC do B — GO, para quem a Constituinte "passou a limpo o perfil político de todos os parlamentares". Ele lamenta que a nova conformação partidária, e principalmente o surgimento do novo partido — O PSDB —, surja como consequência do conjuntural. "Ele nasce mais em função da posição crítica ao governo Sarney do que propriamente por uniformidade ideológica e programática dos seus integrantes." Prova disso, segundo o deputado goiano, é que o novo partido surgiu sem qualquer programa, anunciando apenas suas lideranças mais destacadas.

Sílvio Abreu, que já se desligou do PMDB, não concorda com as críticas ao PSDB, por entender que ele não tem preocupação conjuntural, tanto é que o novo partido deverá disputar eleições em poucas grandes cidades.

Pimenta da Veiga, também adepto da nova sigla, prefere avaliar genericamente sua composição, negando a uniformidade ideológica. "O que se busca é a modernidade. É a luta entre o ve-

lho e o novo. O novo — exemplifica — é o parlamentarismo, é a predominância do social sobre o econômico. Assim será o novo partido", garante o parlamentar mineiro.

É exatamente essa negação da ideologia que faz do novo partido mais um instrumento de manutenção da ordem, do sistema político vigente, na opinião de Florestan Fernandes. É natural para o sociólogo e constituinte que nesta fase — quando há forte pressão sobre o poder — surjam novos partidos de centro e de direita. E dessa im-plosão daquilo que ele chama de "partidos da ordem" (PFL e PMDB) que surge o PSDB. Entende o parlamentar paulista que ao negar uniformidade ideológica o novo partido está expressando sua própria ideologia. Lembra que o "fim da ideologia" foi anunciado nos anos 60 pelos liberais "como uma manifestação ideológica do chamado neo-liberalismo".

Esse "novo esboço partidário" que se delinea paralelo ao processo constituinte é reflexo também de um fenômeno mundial, no entender de Lúcio Alcântara. Cita a abertura soviética e fusões partidárias, como ocorreu com os Partidos Liberal e Democrata na Inglaterra, para anunciar o que ele considera "um xeque-mate na rigidez ideológica".

Eurico Schwinden

Preservação do ecossistema

Srs. Constituintes,
Gostaria que fosse inserido na nova Constituição artigo que regulamentasse as áreas geográficas protegidas, destinadas à preservação de ecossistemas e paisagens naturais notáveis, não podendo ser reduzidas, alteradas ou utilizadas para fins diversos daqueles a que se destinam senão mediante ato legislativo da mesma natureza, aplicando-se esta disposição àquelas já existentes. (...)

Zulmar José Martins
Palhoça — SC

Auditoria

Srs. Constituintes,
Que a nova Constituição assegure a suspensão do pagamento da dívida externa fazendo-se uma auditoria para se saber como, onde e quando foi aplicado o dinheiro. E, em seguida, a realização de um plebiscito para se saber se ainda devemos pagá-la.

Pedro de Oliveira Lima
Paço do Lumiar — MA

Pequeno Produtor

Srs. Constituintes,
Muitas prefeituras estão em péssima situação financeira. Para que a situação mude seria necessário que os impostos dos carros, camionetas, caminhões e ônibus fossem totalmente para os municípios-sedes. (...) Que o incentivo rural, custeios agrícolas com juros subsidiados, seja somente para o pequeno agricultor que demonstrar necessidade dos empréstimos. Proteger os minifúndios contra os grandes latifundiários, que trouxeram o êxodo rural para as cidades pelo fato de os pequenos agricultores venderem as suas terras aos grandes. Que todo trabalhador rural seja registrado no Ministério do Trabalho, tendo, com isso, direito a todos os benefícios. (...)

Pedro Kojo
Maringá — PR

ESCREVA A SUA CARTA

A Constituinte entrou em sua última etapa, a da votação do projeto de Constituição pelo plenário. Desde o início a sociedade participou e opinou, por todos os meios. E ainda é tempo de contribuir. Escreva a sua carta, dizendo o que você pensa e quer.

capitais. Que seja promulgada lei que exija declaração de bens de todo e qualquer cidadão ao ser empossado em cargo público, seja ele de provimento efetivo, ou nomeado, por concurso ou não. Que isso ocorra desde o presidente da República ao mais humilde cargo de prefeituras.

Isaías Francisco Ferreira
Ribeirão das Neves — MG

Reforma agrária

Srs. Constituintes,
Com a reforma agrária bem regulamentada poderemos ter bons lucros, preços estabelecidos por sindicatos rurais, além de empréstimos bancários com juros mais baixos. (...) Mais equilíbrio salarial para que todos tenham uma vida digna. Que o trabalho tenha sempre mais valor que os juros, pois isso gera empregos. Educação de primeiro e segundo graus gratuita para todos. (...)

Natal Antônio Marioni
Videira — SC

Propriedade rural

Srs. Constituintes,
Mudança na lei que dá direitos ao morador rural tomar áreas de terras dos fazendeiros, quando mora de agregado por um determinado tempo. Só, assim, haverá escoamento do povo que saiu da zona rural e foi para as cidades por não ter onde trabalhar, nem onde morar, aumentando assim o desemprego, a fome e a marginalização em nosso país. Aumento salarial de acordo com o percentual de inflação ou vice-versa, para que os salários não fiquem em desvantagem com os preços da alimentação, ficando o brasileiro com a condição de ter uma vida digna de ser humano. (...)

Odílio Almeida de Moraes
Barro Alto — GO



Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu

co, do qual V. Exa. é um participante.

Sua relevância dependerá da preconização de efeitos sociais eminentemente democráticos.

Assim, concebendo, o povo Iguaçuano, segundo a opinião científica de Cientistas da Universidade Federal de Santa Maria-RS, guardará eternamente em sua lembrança, o alto espírito democrático de V. Exa., por ter assinado o requerimento para Preferência do Destaque, da emenda que visa a criação do Estado do Iguaçu. A pujança da área e dinâmica do povo, conta com sua sensibilidade peculiar na identificação da estandardização democrática.

A opinião científica preconiza tornar o Estado do Iguaçu "um modelo", canal vetor de recolonização do País e União. O seu voto nessa fase constituinte vai mostrar uma auto-visão memorável no bicentário da descentralização do poder e perpetua-lo-á no coração do povo e da lide intelectual liberal.

Temos certeza que V. Exa. concebe o fato de que a emancipação de um povo é, admitir que todos nós passamos pela fase da puberdade, não aceitar essa realidade científica e natural, seria o mesmo que constatar a nossa dependência e imaturidade para dirigir nosso próprio destino.

O atual sistema de paternalismo, o centralismo da ação de governar, frustram os homens da iniciativa privada, onde V. Exa. e nós pretendemos nos inserir.

O seu voto na Criação do Estado do Iguaçu, tira uma angústia daquele povo em cujo território, antes de 1940 já morreram 20.000 civis e 5 mil soldados pela falta de descentralização do poder e falta de democracia.

O PLEBISCITO

Revelará um consenso com um povo tratante, que quer concentrar sua energia produtiva num plano Marchal (Mutirão), para sairmos das dívidas e poderemos ajudar mais em investimentos no Norte carente do País.

"O Estado do Iguaçu nascerá a custo zero para a União".

Isto posto, somos de V. Exa., gratos de antemão pela atenção que a esta nos dispensar, em nome dos iguaçuanos

Respeitosamente,

Comissão Pró Criação Estado do Iguaçu.

PEDRO PERES DE LIMA
Presidente

Usinas nucleares

Srs. Constituintes,
Visto que até o presente, a natureza do nosso país tem sido agredida impunemente, a ponto de destruírem maravilhas como as Sete Quedas, canal de São Simão, creio que só a lei superior poderia, talvez não impedir de todo esse holocausto, mas ajudar, pelo menos, a cidade do Rio de Janeiro que já teme a destruição do seu belo litoral em decorrência das usinas nucleares de Angra dos Reis. (...)

E. F. Guerra
Brasília — DF

Conservação da natureza

Srs. Constituintes,
Que a fauna selvagem terrestre e aquática seja propriedade da União, e a vegetação nativa constitua bem de interesse comum. (...) Os recursos naturais renováveis e não renováveis, sejam objeto de proteção por parte do poder público e dos cidadãos, fazendo-se sua utilização de acordo com normas que permitam a conservação da natureza, em benefício das gerações presentes e futuras.

Rui Marcos José
Vera Cruz — RS

Educação qualitativa

Srs. Constituintes,
Prioridade a uma educação qualitativa. Concurso sem limite de idade para o ingresso no magistério superior, exigindo formação pedagógica para o exercício da profissão. Que as faculdades particulares passem para o domínio do Estado (embora pagas). Que as leis existentes sejam respeitadas, e para isso, uma fiscalização nas escolas para se evitar o que acontece atualmente: muitos alunos em apenas uma sala, enquanto os salários dos professores não condiz com o trabalho desempenhado. (...)

Terezinha Pinto
Brasília — DF

Uso do solo

Srs. Constituintes,
Que seja incluída na nova Constituição brasileira uma norma que permita aos cidadãos o uso do solo para culturas anuais em lotes vagos ou em propriedades de quem não vai usar o terreno, por um ou dois anos, principalmente nos municípios próximos das grandes



Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, 08 de junho de 1988

Senhor Constituinte,

Por meio desta, apraz-me dirigir a V. Exa. para cumprimentá-lo e aos Editores do Jornal da Constituinte, Alfredo Obliziner e Manoel de Magalhães, ao ensejo da 49ª edição, comemorando um ano de circulação.

Recebemos, por especial deferência da Direção do Jornal, ao longo do ano, o precioso informativo dando conta do intenso trabalho desenvolvido na Assembléia Nacional Constituinte.

Registramos, aqui, nosso elogio à qualidade das reportagens e, mais que isso, o afã de toda equipe em nos proporcionar, aos leitores, aspectos do processo constituinte que, não fosse o Jornal, não teríamos oportunidade de conhecer.

A Polícia Militar de Minas, instituição destinada à proteção e socorro ao cidadão e a comunidade mineira, tendo sido distinguida pela atenção de V. Exa., lhes é agradecida.

Nosso cordial abraço,

JOSÉ BRAGA JÚNIOR, CORONEL PM
COMANDANTE GERAL

Ao Exmº Sr.
Constituinte MARCELO CORDEIRO
DD Diretor Responsável do
Jornal da Constituinte
BRASÍLIA-DF

Coutinho: vamos manter avanços

O constituinte José Carlos Coutinho (PL — RJ) frisa que votou, nas diversas etapas dos trabalhos da ANC, nas teses mais progressistas. Com base nas pressões que diz receber para que os avanços não prosperem, ele pede aos segmentos organizados da sociedade que se juntem aos constituintes no sentido de que os avanços permaneçam no segundo turno de votação.

JC — Deputado, a Constituição terminou a votação do primeiro turno em Plenário. Que análise faz em termos de avanços?

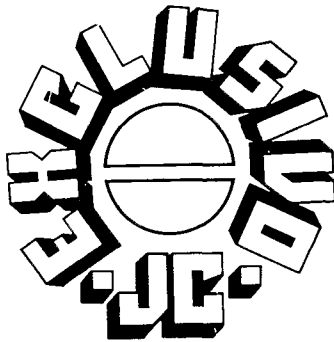
José Carlos Coutinho — Tivemos neste ano e meio de trabalho aqui — estamos concluindo o primeiro turno de votação — uma intensa participação popular. As mais diversas entidades estiveram aqui em Brasília nos assessorando, mostrando seus pontos de vista, debatendo conosco. E é importante que se diga que não podemos recuar das posições que a Assembleia soberanamente tomou. Poderia destacar nos direitos individuais e coletivos, avanços significativos. Naturalmente que poderíamos ter avanços maiores. Agora, vamos destacar alguns pontos. Por exemplo: as 44 horas de trabalho era uma reivindicação já antiga do povo brasileiro, bem como a questão do turno de seis horas, tão combatido pelas empresas, mas tão necessário. Nós, que conhecemos o trabalho dos funcionários que trabalham, por exemplo, na Companhia Nacional do Alcalis, trabalham nas siderúrgicas, na Siderúrgica Nacional, são regimes brutais, um calor louco, gases... Então, tivemos notáveis avanços. A questão da estabilidade negociada, um grande avanço que conseguimos, e poderia destacar também, já nos direitos coletivos, a questão do mandato de segurança coletivo, e, principalmente, o mandato de injunção. São defesas que o povo terá para que normas constitucionais sejam cumpridas. E é muito importante que, pela primeira vez, a Constituição brasileira dê um instrumento de defesa necessária ao cumprimento desta Constituição. Somos um país de leis não cumpridas, e é um absurdo que essa situação permaneça.

JC — Há pressões para mudanças significativas no segundo turno?

José Carlos Coutinho — Estou recebendo diariamente esse tipo de pressão. Tanto por parte dos órgãos governamentais, do Governo em si, como das grandes empresas brasileiras e estrangeiras. Mas entendemos que a democracia política que hoje temos tem que ter um desdobramento para uma democracia econômica e, a partir daí teremos uma democracia social. Tivemos avanços notáveis, primeiro, a definição de que é uma empresa brasileira de capital nacional. Isto foi uma coisa fantástica. A empresa brasileira de capital nacional é aquela que representa os interesses do nosso país, do nosso povo. Tivemos uma reserva de mercado para essas empresas. O poder público hoje em nosso país detém 70% do poder

de fogo do país, poder de dinheiro do país, e as multinacionais vendem os seus artigos aqui pelo preço que querem. Elas detêm a ditadura da tecnologia. O Brasil é um país carente em investimentos na área de desenvolvimento tecnológico. Então, fica difícil para nós concorrermos com essas empresas. Daí a proteção à indústria nacional.

E a par disso, investimentos na área do desenvolvimento tecnológico. O setor de mineração — sou geólogo — nós tiramos dessas multinacionais que negociam na Bolsa de Londres com os estoques estratégicos de minérios que temos aqui no Brasil. Elas detêm o alvará de pesquisa e lavra e usam esses alvarás com minérios no chão para pressionar o preço desses minérios nos diversos mercados, auferindo lucros vultuosíssimos. Tem que ser entendido que o subsolo brasileiro é nosso, e as empresas nacionais terão, a partir daí, oportunidades de concorrer no mercado de Londres e no mercado mundial em igualdade de condições com empresas multinacionais.



O PL não se importa em crescer a cabeça. Em compensação, a nossa base já está disseminada, e muito, em todos os estados da Federação.



Coutinho. há uma conscientização nacional de que estamos em transformação

JC — O deputado defende que sindicatos e associações também pressionem no sentido de que esses avanços sejam mantidos?

José Carlos Coutinho — Nessa fase de elaboração da Constituição, eles abriram muito os nossos horizontes. E é importante que se diga que esses segmentos organizados na nossa sociedade foram, na minha opinião, os principais instrumentos de elaboração da nova Constituição. E é fundamental que eles venham para cá. Eles têm que se juntar a nós para que esses lobbies que são formados pelas grandes empresas, pelo poder público, não venham derrubar o que já conquistamos aqui. É fundamental a presença deles aqui. Precisamos da OAB, da CUT, dos

sindicatos e de todas as associações. Aprovamos agora a questão dos aposentados, aquele direito que lhes era negado há tanto tempo. E é fundamental que seja entendido que só conseguimos isso com a pressão que eles fizeram junto conosco. Foi uma conscientização ao longo de um ano.

JC — Como analista a reformulação tributária já em curso e, em particular, as perspectivas de seu partido?

José Carlos Coutinho — O nosso partido se manteve incólume e vem trilhando, ao longo desses três anos, um caminho muito consistente. Começamos em 1987 aqui em Brasília com sete deputados e hoje temos oito. Então nós, do Partido Liberal, não nos impor-

tamos em crescer a cabeça. Em compensação a nossa base já está disseminada em todos os estados da Federação. Já temos hoje 1.800 vereadores, 441 prefeitos, 180 deputados estaduais. Nessas eleições que vão acontecer agora em 1988 foram defendidas arduamente por nós e acreditamos que o nosso partido vai crescer e muito, substancialmente. Lá no nosso estado, Rio de Janeiro, tenho certeza de que o crescimento será notável.

Quanto a essa reestruturação dos partidos políticos, é normal que se entenda que o PMDB era uma frente, a Frente Liberal também era uma frente. Então, agora, essas frentes vão se diluir e vão se segmentar em partidos que tenham realmente propostas. Estamos assistindo à criação do PSDB, uma tese que defendemos, que é o parlamentarismo, com uma maior participação do povo, e acredito que o esvaziamento da Frente Liberal e do PMDB também se dará. Naturalmente que haverá, como está havendo, um crescimento desses partidos, notadamente o PDT. É normal isso, o PDT tem uma liderança carismática, na figura de Leonel Brizola, e esse partido deverá ter algum crescimento de cabeça, na base.

JC — Deputado, e quanto a sua participação pessoal nos trabalhos da ANC? O senhor considera ter acompanhado as teses mais progressistas?

José Carlos Coutinho — Exatamente. E é importante falarmos do mandato de injunção. Um país que tem um salário mínimo como o nosso, hoje em 10 mil cruzados, um dos mais baixos do mundo, sendo o Brasil a oitava economia do mundo, votamos por um salário mínimo condizente com a reali-

concentração de renda que aí está, temos que investir agora mais no social.

E a Constituição garantiu todos esses direitos, o direito à vida, o direito à saúde, o direito à educação condigna, o direito ao trabalho, o direito a uma remuneração condizente, não é esse salário de fome que temos no país. Na votação nossa do sistema de governo, nós, como já dissemos antes, somos parlamentarista, eis que entendemos que no parlamentarismo há uma maior participação do povo nas decisões. O mandato de quatro anos, que votamos junto com o sistema de governo, e, depois, nas disposições transitórias, votamos quatro anos de mandato do presidente Sarney, é que entendemos que a solução do problema político do nosso país tem que ser através de eleições. Sou deputado federal e, até hoje, não votei para presidente da República. É um absurdo isso. Então acredito que há uma conscientização nacional de que estamos em mudança, estamos em transformação.

É importante que os segmentos organizados da nossa sociedade participem ativamente da vida, até começando no seu bairro, através das associações de moradores, dos trabalhadores nos seus sindicatos, junto às igrejas, junto às entidades civis, todas elas, temos que nos organizar. Só através dessa organização é que teremos força de pressão para realizar mais avanços. E, dentro desse contexto, é fundamental que essa Constituição seja cumprida. Os mais poderosos denegriram a imagem da Assembleia Nacional Constituinte durante um ano e meio. Naturalmente que contrariamos notáveis interesses deles. Raciocinamos que o Bradesco, com seus 200 mil funcionários, vai ter que pagar mais quatro horas semanais, isso daria 800 mil horas por semana.

Se transformarmos isso em dinheiro, Amadeu Aguiar não estaria satisfeito, assim como todos os banqueiros. Acabamos com as cartas-patentes, que eles negociavam a peso de ouro — eles não ficaram satisfeitos com isso.

Tiramos uma emenda nossa, importantíssima, que foi aprovada em plenário por 289 votos a 153, não foi uma emenda de acordo, foi uma emenda de Plenário, decidida no voto, tiramos dos bancos e parte técnica, por exemplo, seguro e turismo. Isso é fundamental. Os securitários, os corretores de seguros, os agentes de viagens não terão mais a concorrência desleal dos bancos. E há de se notar que os bancários não ganhavam para vender seguros, ganhavam um salário baixíssimo e eram obrigados a vender seguros, a vender passagens, a vender hospedagem em hotel. Essa emenda teve uma tremenda repercussão, o poder estava concentrado nas mãos de poucos: dos banqueiros, dos latifundiários, que detêm todo o bolo do nosso país; nas mãos das grandes multinacionais, que só transferem para cá o que a elas interessa e a preços que interessa. A nossa mensagem é para que defendamos essa Constituição e que, no segundo turno, venham todos para Brasília pressionar, para que tenhamos garantidos nossos direitos.

A nova Carta é o reflexo da transição

Por refletir a realidade atual do país, a nova Carta terá como característica o sentido de transição e não será duradoura. É o que afirma o constituinte Mello Reis (PDS — MG), que estipula um prazo de cinco anos para que seja questionado esse texto constitucional. "Isto é bem salutar, porque assim poderemos chegar exatamente ao lugar devido, no qual a própria sociedade brasileira possa ter um documento mais definitivo", acrescenta. Dois outros problemas preocupam Mello Reis: a educação e o crescimento demográfico, para os quais receita maior alocação de recursos com o objetivo de melhorar o nível do ensino e de ordenar o crescimento da população. Reis fala também das reformas agrária e tributária e de Minas Gerais.

JC — *Deputado, uma das críticas feitas ao texto constitucional é de não constituir ele uma Carta de princípios; é um texto muito longo, de muitos artigos. Qual a sua opinião?*

Mello Reis — Realmente, a nossa Constituição vai ser extremamente detalhista, mas acredito que ela reflita a própria realidade brasileira do momento. O país vive um clima de ansiedade, um época de transição. Não temos na área política um quadro partidário consolidado, e o brasileiro ainda não constituiu uma identidade. Isto leva, certamente, a um tipo de trabalho constitucional preocupado com o detalhismo. A própria sociedade brasileira, que se manifestou através das emendas dos constituintes, das emendas coletivas, a própria sociedade se preocupou em inserir no texto constitucional maiores detalhes possíveis sobre cada área de preocupação que o país demonstrasse. De forma que a Constituição vai ser um reflexo deste clima.

Por isso, também, acredito que não vai ser um documento duradouro. Acho que vamos ter uma Carta de transição de cinco anos e daqui a cinco anos vamos questionar este texto constitucional. Isto é bem salutar, porque assim poderemos chegar exatamente ao lugar devido, no qual a própria sociedade brasileira possa ter um documento mais definitivo. Quando se compara o texto constitucional brasileiro, que se executa hoje, com a Constituição americana, por exemplo, verifica-se que o texto americano é um texto enxuto, é uma Constituição extremamente condensada, e duradoura por isso. Mas acontece que a sociedade americana, pela sua própria complexidade, ela se calçou não só no texto constitucional, mas também nas decisões da Corte Suprema. Então, realmente, a Constituição americana não é apenas o texto constitucional, mas é, também, a acumulação das decisões da Corte Suprema, que formaram jurisprudência e que são respeitadas por toda a sociedade americana.

JC — *Considera viável o projeto de educação aprovado pela ANC?*

Mello Reis — Acredito que no conjunto sim, porque não se impediu a existência da escola privada, dando-se possibilidade ao educando de escolher a sua escola e que também a sociedade como um todo tivesse acesso à escola pública. Apenas não manifestei a minha concordância com a definição de recursos vinculados para educação. Acho que educação é um problema de consciência nacional, e os recursos para educação devem surgir independentemente de qualquer condicionamento. Acho que, principalmente na área de município e do estado, uma definição de 25% de recursos da arrecadação municipal para educação é extremamente alto para algumas comunidades que já têm a sua área de educação plenamente atendida e pode ser escasso em outras cidades onde há um crescimento muito grande de demanda e os vencimentos podem até ultrapassar os 25%. Por isso, realmente, não fui favorável a este tipo de definição.

Agora, quanto à filosofia da educação de um modo geral, no texto constitucional aprovado, ela atende, na maioria das vezes, à nossa ansiedade. Sou um defensor da escola privada não como monopólio de grupos, como um negócio, mas acho que devemos manter a escola privada como uma opção de liberdade. Acho que o Estado, sendo dono absoluto do ensino, ele pode levar a um ensino direcionado para atender a seus objetivos políticos.

JC — *Deputado, outro tema polêmico nesta Constituinte foi a reforma agrária. Qual a sua posição?*

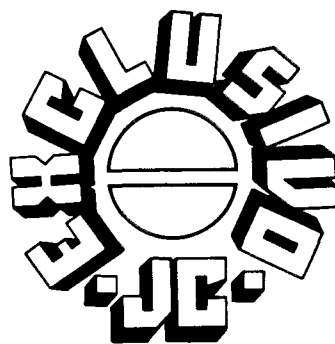
Mello Reis — Acho que o problema da reforma agrária foi conduzido inicialmente de forma passional. Depois, à medida que houve uma evolução da discussão, foi-se chegando a posições mais realistas. Acredito que o Brasil, no limite de sua imensidão territorial, não pode ter processo curto de reforma agrária. Vamos sentir que em cada região do país temos problemas muito peculiares. O problema do Bico do Papagaio, na região entre o Maranhão e o Pará, não é um problema idêntico ao do norte de Minas, por exemplo, ou ao do Rio Grande do Sul. Acredito, então, que a reforma agrária vai caminhar, no seu desenvolvimento, para soluções muito localizadas, atendendo às peculiaridades locais. Se você tem uma região direcionada para a pequena propriedade, como a horticultura, por exemplo, você pode comparar as providências de divisão da terra nesta região com uma região de pecuária de corte ou com uma região de grande produção de grãos. Há uma diferença substancial.

Então, temos que ter uma visão muito mais universal de reforma agrária do que uma visão simplesmente localizada. Ela tem que se

ADIRP/William Prescott



Reis: Temos um crescimento populacional espantoso



Eu sou um defensor da escola privada não como um monopólio de grupos, como um negócio. Ela deve ser mantida como uma opção de liberdade

preocupar certamente com o homem, com as condições de melhoria de vida do homem, mas nem sempre somente a propriedade da terra dá felicidade ao homem. Isto, também na própria reforma urbana. Nem sempre o indivíduo que é proprietário da casa ou do imóvel onde reside é uma pessoa que esteja em boas condições de vida; pode até não estar bem, e outros, que às vezes moram em imóvel alugado por conveniência, têm uma condição de vida muito superior. Então, este conceito de propriedade não é sinônimo de felicidade.

JC — *E a reforma tributária, deputado?*

Mello Reis — Acho que o Executivo está preocupado, tendo em vista a condição do momento. Por isso, defendi a Constituinte exclu-

siva e não a Constituinte congressual, porque a Constituinte congressual está sofrendo muito as influências do poder dominante e da própria situação da época em que vivemos, de ansiedade econômica etc. Mas acho que a reforma tributária a médio prazo vai atender melhor às aspirações do país, porque ela transfere encargos, transfere recursos para o município e para o estado, de forma que, presumivelmente, o município vai ficar com 20% do bolo, da arrecadação, o estado ficará com 40% e a União com 40%. Isto, no prazo de cinco anos, porque isto vai ser aplicado progressivamente. Acredito que o município tem mais condições de executar uma série de responsabilidades com um custo muito mais baixo, porque o poder municipal é o poder mais fiscalizado pela comunidade.

O estado, por sua vez, poderá assumir uma série de encargos da União e executar obras e serviços em condições também mais econômicas e muitas vezes mais produtivas para a comunidade. Senti essa experiência quando fui prefeito de Juiz de Fora e tive problemas exatamente porque certas propostas que eram advindas daqui de Brasília para serem executadas no meu município não eram às vezes compatíveis, embora talvez fossem propostas boas para execução em outras áreas do país. E eu acho que essa transferência de recursos, que tínhamos anteriormente condicionado à execução de obras dentro dos padrões originados dos gabinetes de Brasília, foram extremamente prejudiciais ao país, porque deixamos de executar obras às vezes com o custo mais baixo e mais identificadas com a cultura da própria região para poder atender aos órgãos superiores que nos repassavam recursos.

JC — *Além da educação, o deputado está preocupado com o crescimento demográfico.*

Mello Reis — Acho que dois problemas sérios deste país são educação e controle do crescimento da população, porque com essa taxa de crescimento que o país apresenta hoje dificilmente ele poderá melhorar o padrão de vida do povo, que apresenta um crescimento espantoso. E o governo não investe em educação na maioria das vezes, em primeiro lugar, porque o investimento em educação só dá resultados a médio e longo prazos. Você não tem como filmar nem fotografar a formação de uma pessoa. Aquilo é um problema intrínseco à própria pessoa.

Não é como uma central elétrica. Não é como uma rodovia. Não é como um terminal rodoviário. Então, geralmente os governos, para se situarem bem perante o eleitorado, preferem investir em obras que são visíveis e fáceis de serem divulgadas através dos meios de comunicação a realmente investir em educação.

O crescimento desordenado e acentuado, como nós temos, ele gera uma necessidade de recursos. Com o crescimento da população, o governo tem de levar a infraestrutura ao interior, nessas áreas de novas fronteiras agrícolas. Ele tem de levar saneamento básico. Ele tem de levar transporte coletivo. Ele tem de levar energia. E esses recursos, que são direcionados para essa área para atender ao crescimento da população, poderiam ser destinados à melhoria das condições de vida do homem. Você, tendo recursos para investir em educação, teria também a melhoria automática da saúde. Então, é sob esse aspecto que eu realmente analiso. Acho que o Brasil precisa preocupar-se rapidamente, urgentemente, com recursos na educação e com recursos no crescimento ordenado da população, de tal forma que não tenhamos um crescimento explosivo e contra-producente.

JC — *Deputado, como está Minas Gerais?*

Mello Reis — Minas Gerais, acho que não vai mal. Talvez, dos estados da Federação, seja daqueles mais bem posicionados. É um estado que tem uma boa infraestrutura rodoviária. Tem uma malha urbana bem expressiva com microcidades em 723 municípios e cidades pólos em suas respectivas regiões com uma boa infraestrutura. É um estado de economia diversificada. Ele tem grandes investimentos produtivos na agricultura, na pecuária — principalmente na pecuária de leite, como é o caso da minha região e, em outras regiões, pecuária de corte — e também tem uma infraestrutura industrial recente, em torno de 20, 25 anos, que hoje já tem uma posição extremamente expressiva no contexto nacional. Acho que o governo de Minas tem tomado algumas providências certamente polêmicas, mas que a médio prazo vão apresentar bons resultados. O nosso governador é um homem do trabalho, um homem dedicado ao trabalho. É um homem que já tem uma folha de serviços realmente expressiva. Não é um homem lapidado dentro daquelas tradições de Minas. Então, as críticas que, normalmente, se fazem ao governador são de que ele tem um espírito meio texano. Não há um espírito talvez assim dentro da tradição política de Minas. Mas é um novo estilo. E acredito que, dentro desse novo estilo, ele poderá prestar um grande serviço a Minas.

Carneiro quer os juros tabelados

O constituinte Francisco Carneiro (PMDB — DF) considera o projeto da Carta em discussão inadequado para a atração de novos investimentos no país, embora ele incentive a livre iniciativa. Defensor da retomada do crescimento e da organização da economia, ele aponta o tabelamento de juros uma medida positiva, como parâmetro para o sistema financeiro.

JC — *Deputado, a Constituinte, na votação em primeiro turno, tabelou os juros bancários em 12% ao ano. O senhor acha que na votação em segundo turno essa medida será mantida?*

Francisco Carneiro — A votação foi feita. Estão estabelecidos os juros de 12%. Porém, o que ocorre é que, se houver uma emenda supressiva, seu autor deverá colocar 280 votos para poder derrubar a primeira emenda. E isso, com o atual *quorum* é muito difícil de acontecer. Os juros de 12% foram estabelecidos com a finalidade de ordenar essa desorganização que há aí no sistema financeiro com relação aos juros. Hoje, os juros variam de 18, 20, 22%. Então, embora não se consiga atingir os 12% pelo menos há que se ter um parâmetro, não ficar assim tão desordenado, porque não há economia que agüente. Não existe negócio nenhum no mundo que possa pagar juros de 20 e 22%. De maneira que manter os juros de 12%, se houver uma emenda supressiva, vai ser muito difícil mas tem que se tabelar e estabelecer um parâmetro, para que não haja essa desordenação. Isso é uma realidade nacional.

JC — *Como o deputado analisa a parte econômica aprovada pela Constituinte? Ela tem realmente um caráter estatizante ou também incentiva a livre iniciativa?*

Francisco Carneiro — Incentiva a livre iniciativa, mas não nos temos em que o país necessita. Vejam bem: há cerca de oito anos, o Brasil não faz nenhum investimento. O Brasil já chegou a investir 18% do Produto Interno Bruto, e isso é o que gera empregos. Como o Brasil deixou de fazer investimentos por falta de recursos, o que é que ocorre? Que nós temos hoje oito milhões e meio anuais de necessários de emprego. São jovens que entram no mercado de trabalho e que encontram uma dificuldade muito grande. E o que é mais importante, ou mais desagradável ainda, é que uma parte dos jovens está se retirando do Brasil para procurar empregos em outros países. E esses que se retiraram são geralmente os mais capacitados, os mais capazes. Então, o Brasil precisa retomar seus investimentos. Como nós não temos poupança interna para isso, só há uma solução. É carrear capitais externos para o Brasil, sob a forma de risco. Nisso não há nenhum inconveniente. Ao contrário, há muita conveniência em transportarmos o mais possível dólares do exterior para o Brasil. Só que ele deve ser sob a forma de aplicação de risco, de capital de risco.

O Brasil se endividou porque tomou dinheiro emprestado. Não se endividou porque permitiu a

entrada de capitais externos, sob a forma de capital de risco. É conseguindo carrear dólares para o Brasil, sob a forma de aplicação de risco, que nós poderemos gerar novos empregos, novos investimentos. O que ocorre hoje é que as indústrias nacionais estão com seus parques sendo sucateados, porque com os investimentos vêm novas tecnologias, que foi o que ocorreu, na época de Juscelino, com a implantação de grandes indústrias automobilísticas, com a abertura de grandes rodovias.

JC — *Um assunto que gerou grandes polêmicas na Constituinte foram as emendas que patrocinavam a anistia fiscal para os microempresários, pequenos e médios produtores rurais. O que pensa sobre a questão?*

Francisco Carneiro — Esse é um problema muito polêmico, porque é o seguinte: realmente o Plano Cruzado foi um verdadeiro desastre para os micros, pequenos empresários e até médios empresários e para os produtores rurais. Todos nós sabemos que foi um desastre. Eu, quando secretário de Indústria, Comércio e Turismo, implantei 338 micro e pequenas empresas no Distrito Federal. E dessas empresas hoje não temos nem 50%. Elas faliram e as que estão aí estão em situação deplorável. De maneira que o assunto tem de ser estudado. E o Governo federal está com muita boa vontade nesse sentido. Tanto que já aventa a hipótese de ter um dispêndio de 50 milhões de OTN. Agora, a anistia plena e geral, isso gera um problema seriíssimo, porque muita gente tomou o dinheiro e nem sempre aplicou na sua indústria.

Eu sou inteiramente favorável a que haja esse tipo de anistia para minimizar e resolver o problema de milhares e milhares de micro e pequenos empresários e, sobretudo produtores rurais que entregaram as suas terras.

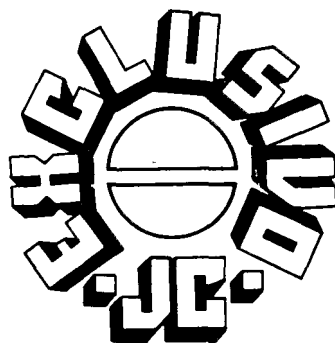
JC — *Deputado, havia uma grande expectativa aqui em Brasília de que teríamos eleições para governador este ano. Essa emenda não passou no plenário da Constituinte. Por que as eleições foram adiadas?*

Francisco Carneiro — A emenda, inclusive que faculte eleição para governo do Distrito Federal e Assembléia Legislativa, que foi aprovada na proposta do Centrão, é de minha autoria, por que eu era, na época, um dos coordenadores do Centrão e tive condições de introduzir essa emenda, que foi amplamente aprovada. Eu sou inteiramente favorável às eleições no Distrito Federal. Agora, você podia me perguntar: Por que é que o senhor foi o único deputado federal que lutou para que as eleições não ocorressem este ano? Simplesmente por uma situação financeira do Distrito Federal. O Distrito Federal tem toda sua despesa de educação, de saúde e de segurança paga pela União. Estas três siglas, estas três despesas totalizavam cerca de 60% do orçamento total do Distrito Federal. Ora, se as eleições ocorressem em novembro deste ano, e fosse eleito um governador amigo e correligionário do presidente da República, no dia seguinte, ele iria bater às portas do Palácio do Planalto à procura de recursos, porque o Dis-

ADIRP/Benedita Passos



Carneiro: plano de industrialização é importante para o DF



Para que as coisas não ficassem tumultuadas aqui no Distrito Federal, é que eu lutei para que as eleições só ocorressem em 1990

trito Federal não tem, e o presidente da República simplesmente lhe diria: "Eu não tenho autoridade para fazer nenhuma transferência de recursos da União, para quem quer que seja". Porque o novo sistema econômico votado e que vai ser promulgado não facultava isso ao presidente da República. Só o Congresso pode fazê-lo.

Então, o que aconteceria? Nós teríamos uma tumultuação, uma situação muito difícil. Imagine que o governo do Distrito Federal se

visse sem condições de pagar a sua folha de pessoal e as suas despesas de materiais referentes à educação, à saúde e à segurança. É preciso que tenhamos o ano de 1989 para formularmos e promulgarmos as leis ordinárias e complementares que assegurarão, no orçamento da União, as transferências que devem ser feitas para o Distrito Federal, com a finalidade de termos a nossa autonomia financeira. Lógico que a nossa autonomia financeira não vai ficar numa dependência tão elevada: 60%. Ela vai cair de 15 a 20%. Por quê? Porque nós vamos ter participação no bolo tributário da União, vamos ter o adicional de 5% do Imposto de Renda, vamos ter os cinco impostos únicos acrescidos ao ICM do Distrito Federal, vamos ter o IPTU do Distrito Federal acrescido com as vendas dos imóveis funcionais. Essas somas totalizarão um adicional de 40% próprios para o Distrito Federal, mais cerca de 20%, nós ainda vamos ficar dependentes da União, justamente pela razão de sedarmos os Três Poderes, e o governo do Distrito Federal fazer muitas despesas, que são de ordem nacional, e não de ordem estritamente do Distrito Federal. Por essa razão, para que as coisas não fossem tumultuadas para o Distrito Federal, votando em nome do Distrito Federal, é que eu lutei para que as eleições só ocorressem em 1990.

JC — *Deputado, o senhor falou que existe um plano de industrialização para o Distrito Federal. Como é?*

Francisco Carneiro — Esse plano de industrialização é de suma importância, porque ele vai ser um vetor de produção de recursos e

de geração de empregos. Foi encaminhado pelo governador José Aparecido ao presidente da República, e já está praticamente acertado com ele uma série de isenções para os empresários que queiram se instalar — industriais e comerciais no Distrito Federal, e algumas facilidades. Vamos ver quais são as isenções. Primeiro, por cinco anos teremos a isenção do IPTU. Teremos, também, o ICM postergado por cinco anos. O governo fará uma espécie de empréstimo de 70% do ICM, durante cinco anos, sem correção monetária e com apenas 7% de juros. Isso é um benefício muito grande.

Também na parte de terrenos para a implantação das indústrias e do comércio, o governo do Distrito Federal fica autorizado, por esse decreto, a vender imediatamente esses terrenos, ou, então, cedê-los sob a forma de *leasing*, em que as prestações pagas pelos empresários, durante cinco anos, serão somadas para abater do preço do terreno. Dessa forma, os empresários industriais e comerciais que quiserem se instalar no Distrito Federal não precisarão partir logo com uma grande inversão da compra do terreno, porque terão esse terreno com essa grande vantagem de um *leasing*, durante cinco anos. São isenções e benefícios que efetivamente viabilizarão a vinda de capitais externos para o Distrito Federal. Quando eu digo externo, é não só do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, mas, também, do exterior.

O Distrito Federal, com esse decreto presidencial, promovido pelo governador José Aparecido, é uma porta aberta para a implantação de um grande parque industrial em vários setores: indústrias de transformação, de informática, gemológicas, enfim, uma série de indústrias não poluentes que temos condição de implantar no Distrito Federal. Inclusive porque o Distrito Federal é um entreposto. O que se produz de cereais, de pecuária, daqui até o São Francisco ou até o Pará, tudo passa por Brasília e segue para o Centro-Sul, como São Paulo e Rio. E, agora, temos condições de industrializar, de transformar tudo isso no Distrito Federal. O que vai ficar bem mais barato é a economia com esse transporte de Brasília até São Paulo ou Rio de Janeiro.

JC — *Deputado, encerrada a Constituinte, que Constituição teremos?*

Francisco Carneiro — Teremos uma Constituição progressista. Eu, pessoalmente, não estou totalmente satisfeito com ela. Acho que deveria ser mais progressista. Precisamos de um Brasil de fronteiras abertas, mas com a segurança nacional. E temos homens, o Exército, a Aeronáutica e a Marinha totalmente mentalizados e seguros do que deve ser segurança nacional. Segurança nacional não é sectarismo. É isso que o ministro Leônidas Pires tão bem apregea.

Precisamos realmente de abrir as fronteiras do Brasil para internacionalizar nossa economia. De outra forma ao invés de fazer uma exportação elevada para podermos pagar nossa dívida, vamos ter de exportar nossos filhos, porque não há emprego para eles. Essa é a realidade.

O empregado terá lucro na empresa

O constituinte Edison Lobão (PFL — MA) aponta como um dos grandes avanços da nova Carta dispositivo, do qual foi um dos autores, que dá participação ao trabalhador nos lucros da empresa. Quanto à estabilidade, ele ressalta que não poderá haver a demissão imotivada. Lobão defende revisão de alguns temas, entre eles os contratos de risco e a política mineral.

JC — Senador, qual a razão da atual Constituição?

Edison Lobão — A Constituição que temos hoje é a de 1967, que, como se sabe, foi feita no regime revolucionário. Ela, na verdade, veio para revogar os Atos Institucionais nºs 1, 2 e outros. O regime anterior, que era de pleno arbítrio, necessitava de uma Constituição democrática. Fez-se, então, a Constituição de 1967. Sucede que recrudescer o regime militar e a Constituição de 1967 foi profundamente alterada. Primeiro, pela Emenda nº 1, que praticamente significou uma nova Constituição, e esta Emenda tinha caráter de regime de arbítrio. A partir da Emenda nº 1 foram feitas mais 26 emendas. Isto significa que no curso de 21 anos de vida a Constituição de 67 sofreu 27 emendas — mais de uma por ano.

O resultado disto é que as disposições constitucionais brasileiras transformaram-se numa verdadeira babel, num tumulto completo, porque a cada reforma que se fazia havia como que um choque entre os dispositivos anteriores, as normas constitucionais e legais permanentes, e aquilo que se pretendia fazer como princípio democrático constitucional. Daí a necessidade de se promover, de fato, uma nova Constituição. Já não daria para alterar a Constituição de 1967, que, de tantas emendas que sofreu, acabou ficando desfigurada. Temos, portanto, uma Constituição que é praticamente uma colcha de retalhos e não exatamente uma Carta constitucional de princípios gerais neste país.

JC — Por que a convocação de uma Constituinte, e não uma mudança através do Congresso Nacional?

Edison Lobão — Porque o poder constituinte é bem mais profundo, bem mais amplo e, de fato, originário. O Congresso Nacional tem poderes para alterar a atual Constituição. Poderia alterá-la toda, exceto um dispositivo que diz respeito à Federação e à República. Já uma Assembléia Nacional Constituinte não tem limites, não tem peias. A Assembléia Nacional Constituinte pode fazer tudo que a atual fez e até mesmo, se fosse o caso, acabar com o sistema presidencialista de governo e instituir uma monarquia — houve

até uma emenda neste sentido. Daí a razão de se ter convocado uma Assembléia Nacional Constituinte.

JC — A Constituinte estabeleceu que não haverá mais contratos de risco. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Edison Lobão — Acho que aí a Constituinte procedeu mal, porque os contratos de risco existem no mundo inteiro. Nenhum país consegue explorar convenientemente seu petróleo sem os contratos de risco. Houve contratos de risco e ainda existem hoje, por exemplo, na Inglaterra. Nos Estados Unidos também foi feito assim. Em diversos outros países a exploração do petróleo foi feita à base dos contratos de risco. No Oriente Médio, que é o maior produtor de petróleo do mundo, funciona o contrato de risco. Esta é uma providência empresarial salutar e que, no nosso caso, começa a dar bons frutos.

JC — O senador acha que, no segundo turno, vai mudar a jornada de trabalho de seis horas ininterruptas e o regime de greves?

Edison Lobão — Acredito que sim, tanto uma coisa quanto outra. Assim penso porque a jornada de seis horas, na verdade, não ajuda os trabalhadores brasileiros. Acaba por criar uma série de dificuldades, até mesmo o desemprego. Há certos setores que não podem funcionar em regime de seis horas de trabalho. Por exemplo, é impossível ao setor energético ter uma jornada de seis horas de trabalho. Isto provocará um desestímulo nesse setor. Vamos acabar inviabilizando-o a ponto de ter de fazer importações de produtos siderúrgicos para a indústria nacional. Qual seria a consequência imediata disso? O desemprego. Acabariamos por lançar grande número de brasileiros ao desemprego, o que é absolutamente inconveniente; além de termos nossa economia puxada para baixo.

Quanto ao regime de greves, devo dizer que a mim não agrada o dispositivo que foi aprovado. A greve é um recurso democrático salutar, para que os empregados defendam seus interesses em matéria salarial, mas isto não deve ser levado ao paroxismo. O que se fez na Constituinte foi um dispositivo de tal sorte que as greves serão universais. Não há limites para a realização de greves. No dia, por exemplo, que trabalhadores do setor energético resolverem apagar o país, ele ficará às escuras pelo tempo que os empregados acharem que deve ficar. Então, será o caos total.

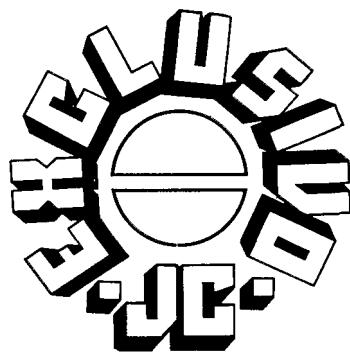
JC — E sobre a licença-maternidade de 120 dias, senador?

Edison Lobão — É outro dispositivo que considero inconveniente. Esta licença, nos termos em que foi proposta, votada e apro-

ADIRP/Fotos Reynaldo Stavale



Lobão: não há limites para a realização de greves



Penso que a jornada de seis horas, na verdade, não ajuda o trabalhador brasileiro. Cria uma série de dificuldades, até mesmo o desemprego

vada, na verdade, não beneficia sequer às mulheres. Estamos vendo um grande desemprego de mulheres em razão precisamente desse dispositivo. Há empresas que tomaram a decisão de não admitir mais mulheres em suas atividades. Quer dizer, fica vedada a presença de mulheres nas empresas, e há outras que estão demitindo em massa. A empresa não tem nada contra as mulheres, mas precisa se defender em primeiro lugar. Então, ao invés de ser um benefício para a mulher, percebo que está sendo um prejuízo, e grande.

É necessário que as próprias mulheres se reúnam e reestudem suas reivindicações, que considero em boa parte justas, porque o que se procurou fazer foi dar à mãe gestante a possibilidade de ficar com seu filho após o parto, durante um período razoável, o que, até certo ponto, é conveniente. O

que não é possível é inviabilizar o emprego da mulher por conta dessa providência.

JC — Senador, concorda com o texto aprovado sobre a política mineral?

Edison Lobão — Acho que no caso da política mineral houve exagero. Nós, praticamente, fechamos as portas do Brasil às empresas internacionais. Somos um país rico em minérios, mas, a exemplo do petróleo, precisamos comercializá-los, e não deixá-los no fundo da terra. Na medida em que eles permanecem no subsolo, não nos servem para nada. Além do mais, o avanço tecnológico nesse setor é impressionante. A ciência está obtendo avanços galopantes no setor dos minerais. Temos os supercondutores que estão aí, que promoveram uma verdadeira revolução nesse setor. Então, é indispensável que se acelere a exploração dos minerais, para que possam eles ser agregados à economia nacional.

JC — E quanto à reforma agrária?

Edison Lobão — A reforma agrária, a meu ver, ficou em excelentes condições: permite-se a desapropriação por interesse social; não se permite mais que o proprietário, seja urbano ou rural, mantenha a sua propriedade a qualquer custo, isto é, ao arremio dos interesses sociais; a propriedade será preservada na posse de seu dono, desde que atenda aos interesses sociais. No tocante especificamente à reforma agrária eu diria que conseguimos introduzir alguns dispositivos que darão de fato ao trabalhador rural uma grande oportunidade de melhorar o seu nível de vida e produzir cada vez mais. Por exemplo; introduziu-se no setor da reforma agrária o princípio da ajuda efetiva aos produtores rurais através do crédito facilitado, através de um sistema de armazenagem amplo e total, através da comercialização garantida e preços justos, através de estradas vicinais.

E uma outra coisa, que interessa diretamente ao homem do campo: produziu-se um artigo segundo o qual o governo federal ficou obrigado a financiar a construção da casa própria do homem do campo. Isto não existia. A partir de agora vamos ter o homem com a sua terra a ser distribuída pelo governo, o crédito rural a ele. Vamos ter assistência técnica, estradas vicinais, armazéns, casa própria, eletrificação rural e um sistema de irrigação que também será estimulado.

JC — Com relação ao meio ambiente, como ficou o texto?

Edison Lobão — O setor era uma coisa que preocupava a todos. Era necessário que se fizesse alguma coisa em torno daquilo que temos de mais importante nas nossas florestas. A floresta amazônica, por exemplo, a mata atlântica, o Pantanal mato-grossense, a Serra do Mar, a Zona Costeira Nacional toda, passam a ser patrimônio nacional intocável, para que este país não sofra como vem sofrendo a devastação da sua floresta, o que constitui um verdadeiro desastre nacional. Além desta providência há outra no setor urbano no tocante ao meio ambiente.

JC — Qual a sua opinião sobre os avanços sociais no novo texto constitucional?

Edison Lobão — Ao lado da reforma agrária, que constitui sem dúvida alguma grande avanço social, temos um dispositivo embutido na Constituição, do qual fui um dos autores, que é a participação do trabalhador nos lucros da empresa. Este parece-me o ponto fundamental no que diz respeito ao atendimento das classes menos favorecidas. A partir de agora todo trabalhador terá direito a participar dos lucros da empresa na qual trabalha. Se a empresa tiver um lucro menor, ele participa com menos, se tiver um lucro maior participa com um quinhão também maior. Isto fará com que o próprio trabalhador se interesse cada vez mais pelas atividades da empresa na qual trabalha, porque na medida em que a empresa se projeta ele por igual terá a resposta em matéria de participação nos lucros da empresa. Este é um dispositivo democrático, amplo e que tem perspectiva ainda pouco mensurada quanto ao resultado que haverá de produzir em benefício do trabalhador. Quanto ao empresário nesse setor, pode-se dizer que ele próprio vai-se preparar psicologicamente no início de cada ano para a distribuição de um quinhão, que a lei complementar vai estabelecer, que poderá ser 10, 15 ou 20% dos seus lucros para o trabalhador.

JC — E a estabilidade?

Edison Lobão — Este é um outro ponto também muito importante. A partir de agora, com os dispositivos que votamos na Constituição, haverá uma estabilidade no emprego. Esta estabilidade é contra a demissão imotivada. O empregador não fica exatamente proibido de dispensar o seu empregado, mas é preciso que ele encontre uma motivação lógica, convincente; o que ele não pode é promover uma demissão imotivada. Então, parece-me que esse é um dispositivo bastante avançado do ponto de vista social, porque garante ao empregado a sua permanência no emprego, para que possa manter a sua família.

Muitas vezes o Não passou à frente do Sim, e as idéias não vingaram



Mulher, mulher



Ninguém contesta a afirmação de que a mulher possui um sexto sentido — o da intuição. Acionada, talvez, por esta capacidade, uma espécie de “força estranha”, a mulher brasileira revelou uma extraordinária capacidade de trabalho no decorrer da primeira fase da Assembleia Nacional Constituinte. Presente em todos os momentos, pressionando, pedindo, debatendo e convencendo, a mulher foi, voto a voto, conquistando novas posições no contexto da Lei Maior; quer no que se relaciona à sua atuação, no mercado de trabalho, quer no que se refere à sua situação no contexto familiar. Foram várias as conquistas, destacando-se a ampliação para 120 dias da licença-maternidade, o reconhecimento, para todos os fins, da união estável, a condição de igualdade com o homem, fora e dentro do lar.

E foi na votação da emenda de anistia aos microempresários endividados no plano cruzado que a presença da mulher se fez mais marcante. Um exemplo está na odisséia cumprida por uma microempresária de Brasília, Maria de Lurdes Coelho. Durante semanas, ela compareceu ao Congresso Nacional, diariamente, da manhã à noite, visitando os constituintes um a um e expondo a situação de dificuldade enfrentada pela classe dos pequenos empresários. Ela não descansou enquanto não viu aprovada, pelo menos parcialmente, a anistia. E com ela estavam centenas de outras mulheres empresárias de todo o país. Muitas amamentavam os filhos na galeria do plenário enquanto esperavam por um acordo ou uma solução satisfatória. E, no dia da votação, muitas delas foram vistas cantando, dançando e chorando pelos corredores e galerias do Congresso.

Em todos os momentos, as mulheres demonstraram garra. Força. Emoção. Capacidade de persuasão. Coragem. Uma sociedade onde existem mulheres com essa disposição de luta é uma sociedade bendita. Vivam as mulheres!

Paulo Neves

